

RAMÓN BAU
Nossas Idéias

RAMÓN BAU

NOSSAS IDÉIAS



Título:

Nossas idéias. 2009.

Título original:

Nuestras ideas. 1990.

Equipe editorial:

Arjuna, Hermann Tholf e Zoroastra.

Tradução:

Arjuna.

Capa:

Georg Sluytermann von Langeweyde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06-07
SOCIALISMO	08-25
RAÇA	26-42
FEMINILIDADE	43-54
RELIGIÃO	55-60
MATRIMÔNIO	61-66
ARTE	67-75
NACIONAL SOCIALISMO HISTÓRICO	76-85
AÇÃO POLÍTICA	86-92
NACIONALIDADE	93-102



APRESENTAÇÃO

Seria faltar com a verdade a apresentação deste resumo de idéias nacional-socialistas como sendo obra exclusiva de uma só pessoa, dado que apenas graças à colaboração inestimável de uma dezena de camaradas do CEDADE, tornou-se possível ajustar e concretizar muitos pontos de vista.

Pretendeu-se, antes de tudo, efetuar uma introdução aos programas ideológicos nos problemas mais atuais por uma ótica nacional socialista, sem sequer sonhar em dizer a última palavra sobre estes, nem a única possível. Não é preciso, portanto, aceitar todos estes pontos para coincidir com o CEDADE, nem para poder considerar-se nacional-socialista; esta obra não é uma definição “oficial” nem pretende sê-lo, dado que sempre acreditamos em uma ampla margem de concepção ideológica, escapando totalmente dos espartilhos estreitos e grosseiros.

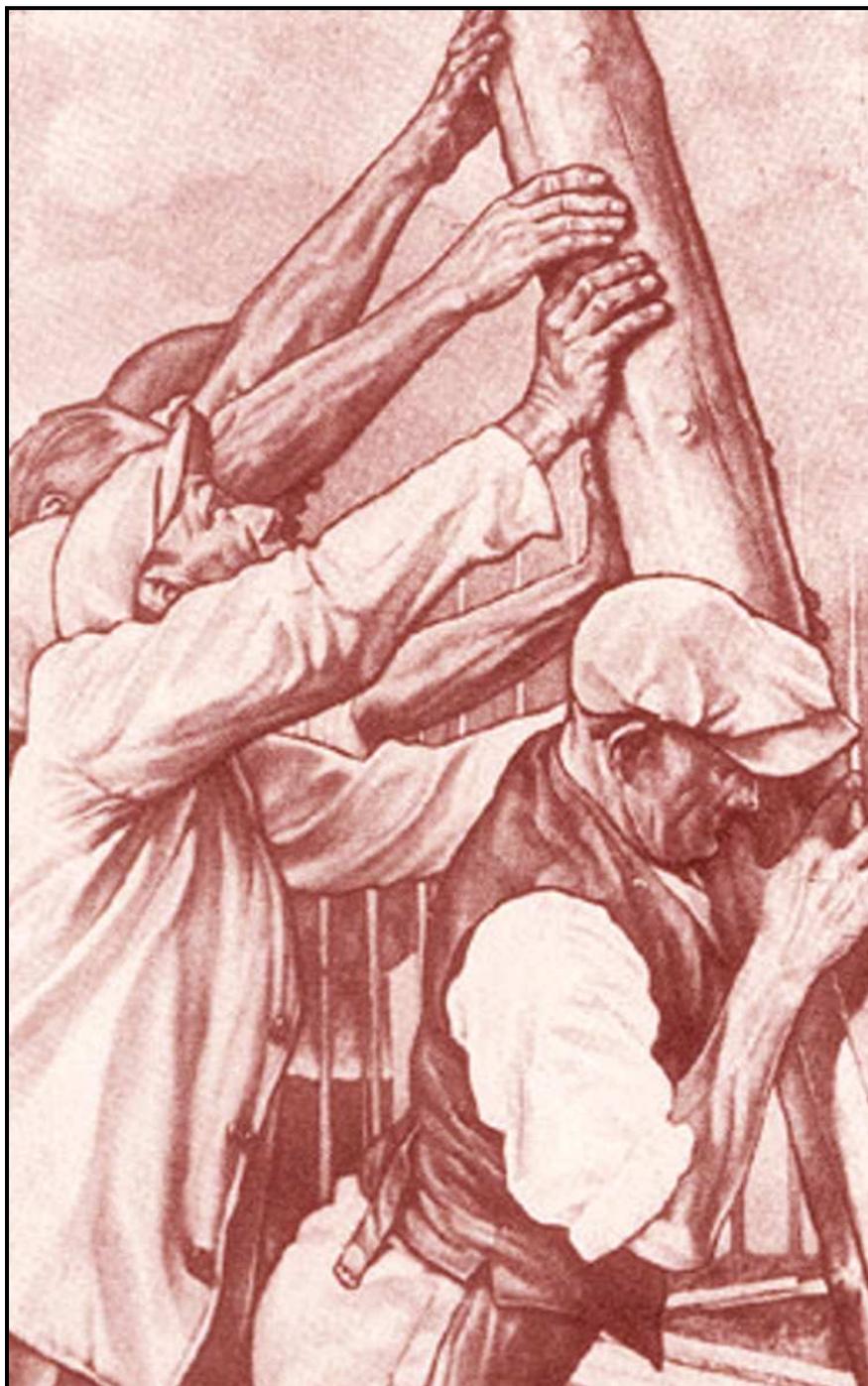
O CEDADE possui claramente definido os seus 14 pontos fundamentais e suas normas de estilo, as únicas oficiais, que definem perfeitamente o caminho mínimo por onde possa circular a liberdade, a honestidade e a boa vontade.

Evidentemente que poderiam incorporar-se a esta obra vários pontos a mais, aos quais renunciamos principalmente devido ao numero de páginas, e pelo fato de nos comprometermos a uma segunda edição com os temas restantes. Por idêntico motivo de

espaço, deixamos de publicar os resumos sobre o tema judaico, dado que, além disso, este já havia sido publicado no boletim do CEDADE.

Ramón Bau,
Coordenador deste trabalho coletivo.

SOCIALISMO



Pintura de Rudolf Werner

“A luta contra o capital financeiro e prestamista internacional tornou-se o ponto programático mais importante do Nacional Socialismo”

Adolf Hitler

DEFINIÇÕES

1.1. Socialismo é o convencimento ético de que o bem do povo, a sobrevivência da raça, é prioritário frente aos interesses particulares e os desejos de qualquer grupo.

1.2. Deve-se entender como bem do povo tudo aquilo que leve aos seus integrantes uma melhor qualidade humana, tanto física, como ética e espiritual, a uma formação pessoal, artística e cultural superior.

1.3. O sentido de desenvolvimento que se considera “positivo” é aquele que é coincidente e adequado ao caráter popular, a sua idiosincrasia racial.

1.4. Ser socialista é, portanto, trabalhar para que este desenvolvimento positivo alcance a todo povo, sem que interesses particulares (os do dinheiro são os que mais poderosamente se destacam) nem os de grupo (e nestes, devemos enquadrar os interesses democráticos de partido, os das Finanças, ou os interesses de outras raças) se oponham a isto.

1.5. É necessário enfatizar que a base do socialismo é uma atitude ética frente aos problemas, ou seja, um modo de se fazer as coisas, mais que uma lei matemática. Existem muitas formas práticas de ser socialistas, mas somente um sentimento socialista.

1. SOCIALISMO E ECONOMIA

1.1. Erros básicos

1.1.1. A mais grave corrupção da idéia socialista é sua constrição, sua limitação ao campo econômico. Este é o principal motivo de todos os mal-entendidos sobre o tema socialista.

1.1.2. A razão desta mistificação está na materialização imposta pela campanha mundial sionista (marxismo-capitalismo). Em um mundo dominado por tais idéias, torna-se lógico confundir ética com interesse, bem com proveito, povo com classe e socialismo por marxismo. Não se deve, desta forma, confundir em absoluto socialismo com uma discutível teoria econômica baseada na propriedade estatal, e muito menos com a repugnante idéia de que somente importa o econômico – o dinheiro e a economia para a felicidade, formação e elevação dos povos. E ainda menos, com a lamentável teoria de que a ética e a cultura são somente produtos (superestruturas) do poder econômico. É um erro próprio do materialismo democrático, confundir o bem do povo com o seu bem estar material, com a busca do cômodo e fácil, com a satisfação do egoísmo de uma maioria. O bem material é desejável enquanto favorece e possibilita a ascensão ética e cultural do povo. É um erro crer serem totalmente independentes a economia e a elevação cultural e espiritual do povo. Uma carência dos elementos materiais conduz o homem à brutalidade, rebaixam-no a escravo do econômico e o impedem da cultura. Com fome e sono, não se pode pedir um povo são física nem moralmente, por mais que em determinadas individualidades se possa dar este caso. A inter-relação cultura-economia existe, mas não é determinante, nem unidimensional.

2.2. Socialismo na economia

2.2.1. O Socialismo se aplica a todos os campos da atividade humana, inclusive no econômico. Todo sistema econômico que cumpra com os requisitos éticos básicos, ou seja, que seja útil para levar o povo a uma meta de superior qualidade humana, é válido e pode considerar-se socialista.

Não há, então, um sistema econômico socialista, mas vários sistemas econômicos que podem sê-lo, se são dirigidos e utilizados neste sentido. Eles são ferramentas, meios, não o fim dessa política. Portanto, os sistemas econômicos podem trocar-se e modificar-se, segundo as circunstâncias. No entanto, apenas os princípios éticos socialistas são imutáveis.

Evidentemente existem elementos econômicos anti-socialistas em si mesmos, como todos aqueles que são contrários à ética: usura, anonimato, luta de classes, igualitarismo, exploração, etc.

2.3. Socialismo e finança

2.3.1. Finança é propriamente tudo o que está relacionado com o uso do dinheiro. Este é um instrumento de troca no sistema econômico.

Portanto, os meios financeiros deveriam estar a serviço da economia, e esta ao serviço da política do povo.

A base do socialismo econômico é que a economia e a finança são apenas ferramentas dos princípios inspiradores da política

socialista. O dinheiro e a economia não podem, portanto, controlar nem determinar a política, nem os fins que se propõe um povo.

2.3.2. No capitalismo democrático, o dinheiro se converte em um bem, uma mercadoria imprescindível, monopolizada por umas poucas “fábricas” e “lojas” que especulam com ele, fazendo-o escasso e caro. Este mercado do dinheiro é o que chamamos politicamente de “Finança”, e suas fábricas que monopolizam a criação do dinheiro são os Bancos, mediante ao crédito.

2.3.3. É uma demonstração de total desconhecimento econômico crer que o dinheiro é “fabricado” pelo Estado ou pela Fábrica de Moeda. O Estado capitalista não é mais que um cliente dos bancos, que criam o dinheiro por meio dos créditos. Embora parte deles sejam oficiais (estatais, no sentido que seu proprietário é o Estado), atuam neste termo como os demais Bancos, criando dinheiro creditício a alto interesse. Para esclarecer mais toda esta montagem, é imprescindível a leitura dos livros “Finanza y Poder” e “Enigma capitalista” de Bochaca.

2.3.4. O poder político e a influência no destino do povo, que obteve a Finança por meio do controle do dinheiro, são os principais inimigos do socialismo. Este poder político do dinheiro se dirige de forma predeterminada em direção à obtenção de uma sociedade materialista na qual o dinheiro já não é, portanto, um bem necessário, mas o único desejado. Com isto, o poder do dinheiro se faz total. O marxismo é a “elevação” em nível de ideologia, a divinização do poder econômico.

2.3.5. O interesse da “Finança” em uma sociedade materialista é até certo ponto lógico, desde o momento em que deixou de ser uma

ferramenta a serviço do povo, emancipando-se e tomando o seu controle. Isto se passou sempre que o povo deixou de dar o poder político aos melhores, aos homens honrados.

2.3.6. No Estado Socialista, somente o trabalho será fonte de riqueza, do dinheiro.

O dinheiro não pode gerar dinheiro: detém-se, portanto, proibidas a especulação, o interesse, as mais valias, a criação do dinheiro por meio de crédito a bancos privados.

O dinheiro se criará, logo, em função dos bens reais existentes, de forma que sirvam a sua função de meio de cambio para comprá-los e vendê-los. Desta forma, para criar o dinheiro não é preciso ouro nem bancos, apenas um povo trabalhador, um país com riqueza natural, e um Estado socialista que tome as rendas da finança ao serviço do povo.

2.3.7. O crédito deverá ser função do Estado, posto que a criação de dinheiro lhe está reservada. Sendo assim, elimina-se o domínio dos bancos privados de dirigir o crédito em direção a onde convém seus interesses, chantageando as empresas e até mesmo ao Estado, obtendo, graças a isso, o poder político.

2.3.8. A Finança é o verdadeiro inimigo atual. Frente à tática marxista de apresentar o trabalhador como oprimido pelo empresário, frente à idéia da luta de classes, o Nacional Socialismo apresenta a realidade: a Finança oprime tanto a trabalhadores como empresários; é ela a responsável pela criação do ambiente burguês que posteriormente causa as tensões na empresa.

2.4. Socialismo e propriedade

2.4.1. A desigualdade natural, tanto física quanto psíquica e ética entre os homens e as raças é um feito, uma realidade, não uma opinião. Opor-se a isto é inútil, além de negativo, conduzindo somente a utopias impossíveis por serem antinaturais, ou à nivelação pelo inferior.

2.4.2. Nosso socialismo não tende a esta nivelação pelo inferior, nem pretende uma impossível nivelação pelo superior. Buscamos assim, a seleção dos melhores, eticamente falando, para os cargos dirigentes da sociedade, evitando que outros princípios (como o dinheiro, as influências, a pertinência a partidos, etc.) sejam os que imponham a seleção.

Neste sentido, nosso socialismo é hierárquico e anti-igualitário.

2.4.3. As diferenças econômicas entre as pessoas apenas devem estar em função de seu trabalho, responsabilidade e iniciativa. Mesmo o mais simples trabalho deve estar suficientemente remunerado para levar uma vida digna. Enquanto o Estado não possa garantir este mínimo a todos os elementos do povo, toda atividade estatal deve estar dirigida a isto.

2.4.4. Nas sociedades brancas, a obtenção deste mínimo é totalmente possível, sem mais problemas de apartar pequenas minorias de desempregados e delinqüentes.

2.4.5. A propriedade privada é perfeitamente compatível com o socialismo. Nosso apoio aos princípios de responsabilidade pessoal favorece a propriedade privada. Mas não é um princípio inalterável, e sim apenas uma possibilidade interessante, contanto que não se oponha ao desenvolvimento positivo do povo. Por isto, a

propriedade é limitada e está a todo o momento sujeita a ser usada em prol do bem comum.

2.4.6. Os bens de produção podem também ser privados, coletivos, corporativos, etc., dependendo das circunstâncias. Quando os bens não podem ser controlados pelo dono mediante seu próprio trabalho, a propriedade privada perde grande parte de sua função de apoio à personalidade, e periga em cair em uma monopolização de meios inútil para o povo.

2.4.7. O anonimato na propriedade é contrário ao socialismo. Os proprietários são sempre responsáveis de suas possessões e de seu uso. O sistema de “ações” em sociedades anônimas, onde a responsabilidade está limitada a uma participação na propriedade e um voto é inadmissível. Pode-se participar somente com o dinheiro (inversão) em uma empresa, mas só se tem assim direito a participar nos benefícios, nunca na direção e menos ainda na propriedade.

2.5. Socialismo agrário

2.5.1. O princípio de que a terra deve ser daquele que a trabalha é, no socialismo que propomos, uma exigência completa. Nós nos opomos à propriedade privada de quem não trabalha nela (nos bens de produção), e, do mesmo modo, somos contrários à propriedade anônima do Estado como padrão burocrático. Mas, no campo, a propriedade da terra tem, além disso, a característica de ser ao mesmo tempo, a de seu habitat familiar.

2.5.2. O problema atual da agricultura não é econômico, mas político. O marxismo e a democracia tem imposto como escala de valores:

(de maior a menor)

Sistema/Banco - Administração pública - Comércio - Indústria - Mineração/Agricultura.

O Estado socialista tomará as opostas: A Agricultura tem de ser uma das bases do país, de suas decisões políticas, de seus comandos. Quantos agricultores existem no governo? Nenhum. Na França chamada “socialista”, a ministra da Agricultura é uma milionária que jamais saiu da cidade. O campo não existe nas sociedades burguesas.

2.5.3. O poder de decisão deve deslocar-se das grandes macro-cidades ao campo e à pequena cidade. O poder do dinheiro e a igualdade de voto têm dado o poder à cidade e seus bancos. O subúrbio o domina. Para voltar a uma agricultura, ao campesinato, deve-se acabar com a democracia e o poder político do dinheiro.

2.5.4. É utópico, e um engano comum, apoiar o campo sem que se pense em levar-lhe a cultura, o desenvolvimento e fazer pagar à cidade um preço aos seus produtos, que permitam ao camponês viver honestamente. Mas, enquanto isso, o Estado somente se preocupa com o voto, os dispersos camponeses não receberam mais do que promessas e abandono.

2.5.5. Os sistemas marxistas e democráticos para regular os preços agrícolas são absurdos. Destruir colheitas é não querer solucionar nada. Promover a propriedade estatal do campo é eliminar o camponês e sua vida independente.

A solução é política: dar prioridade à vida camponesa por sua qualidade, e fazer a cidade pagar os produtos do campo, de forma

que não sejam os comerciantes da cidade os que vivam bem a custa dos camponeses e seus produtos.

3. SOCIALISMO E SINDICATOS

3.1. Por Sindicato, deve entender-se toda agrupação de indivíduos com interesses profissionais comuns, que se organizam para a sua defesa.

3.2. A primeira grande falha dos Sindicatos é que a de que estes estão criados para “defender os interesses de seus associados”, não para defender a justiça, favoreça esta ou não os seus associados.

Isso marca uma diferença fundamental entre os Sindicatos marxistas ou empresariais e a idéia nacional-socialista de sindicato.

O conceito de luta de classes, de que cada uma deve tentar conseguir o máximo de benefício sobre as outras, independente de onde se esteja, é o que envenena a base do sindicato atual.

3.3. O segundo problema vem dado pelo feito de que os Sindicatos apenas lutam por aquilo que afeta a seus afiliados, no sentido material ou profissional. Ele elimina a participação da força do trabalho em outras faces e aspectos. Centra todo o esforço do trabalhador em ganhar mais profissionalmente, mas quita sua luta por valores exteriores aos de suas margens profissionais.

3.4. Como solução ao problema criado pela luta de classes, os “fascismos” tentaram criar “Sindicatos Verticais”, que, em teoria, deveriam julgar os temas laborais e abordá-los com base à justiça de alguns Tribunais Laborais, sem atender à luta de classes.

Na Espanha, é notório o fracasso desta tentativa. A razão básica de seu fracasso é que ao estarem os Sindicatos Verticais sob o domínio do Estado que os criava e os fomentava, era impossível separar a política estatal daquela do sindicato. Desta forma, somente com uma política estatal socialista teria sido possível que alguns Sindicatos Verticais fossem medianamente efetivos. Por isto, toda a idéia sindicalista baseada no verticalismo deve compreender que somente pode ser útil dentro de um Estado socialista, que atue como juiz entre os interesses, de forma justa e socialista.

O Nacional Socialismo criou a Frente do Trabalho, autêntica revolução no mundo do trabalho, que acaba de uma vez por todas com o conceito de “Sindicato” e suas limitações, dando ao mundo trabalhador algumas perspectivas infinitamente maiores.

A Frente do Trabalho não apenas agrupa todas as classes trabalhadoras, mas é a ponta da lança da luta Nacional-socialista.

A Frente de Trabalho não apenas abrange a ação no mundo laboral, mas pretende ser a manifestação dos trabalhadores em todos os aspectos da vida popular. Assim, os trabalhadores dessa frente formarão agrupações ecológicas de ajuda ao campo, de apoio a mães jovens, de serviços de limpeza popular, de embelezamento de empresas, de concertos em dois nas fabricas, de Arte no trabalho, etc.

3.5. O conceito de Frente do Trabalho é uma superação total do conceito de Sindicato e implica na intervenção organizada dos trabalhadores na sociedade.

3.6. A Greve e o Fechamento patronal são os métodos de agressão à comunidade a que recorrem os sindicatos nas sociedades burguesas. Ambas estão legalizadas, pois em todas as sociedades

burguesas está legalizada a luta de classes definida como, de principio, pelo marxismo. A Constituição espanhola legaliza a luta de classes totalmente; o Nacional Socialismo, por sua vez, repudia totalmente estes métodos. Durante a etapa de luta pelo poder, tampouco se usará a greve em geral como meio de chantagem ou pressão, à exceção de casos especiais. Nesta etapa, uma greve poderia ser aceitável sempre que os trabalhadores a façam para obter melhorias para toda a comunidade, não apenas a si próprios.

4. SOCIALISMO ÉTICO

4.1. Os atos econômicos injustos devem ser considerados delitos comuns. Não existe diferença entre furto ou enganar na questão econômica, e fazê-lo em outras.

4.2. É tão anti-socialista um empresário sem escrúpulos, ou um banqueiro, quanto um trabalhador irresponsável. Pertencer a uma classe não concede licença para a injustiça.

O Socialismo é patrimônio de uma só classe: a dos homens honrados.

4.3. Não devem considerar-se luxos nem atitudes anti-sociais aquelas que levam a uma maior elevação espiritual do homem: A Arte, o bom gosto, os concertos ou os esportes, etc. O fato de que certos meios culturais tem estado até agora fechados às pessoas sem meios econômicos não quer dizer que devam está-lo, nem que para estes a arte deva ser negada. A negação é a política elitista e antipopular que tem se seguido na Arte. Luxo é tudo aquilo que é inútil para o desenvolvimento positivo do homem.

4.4. Em um Estado Socialista, devem tender ao desaparecimento os impostos indiretos generalizados, aqueles que se imprimem nas coisas independentemente de *para que*, e *por quem* se usem. Hoje em dia, um cego que deseje comprar um equipamento de alta fidelidade, irá pagar 40% de imposto de “luxo”. Nos países comunistas, este problema não existe: não há equipamentos de alta fidelidade para o poder aquisitivo dos cegos, nem dos não-cegos.

4.5. A política está enquadrada pelo *possível*. As idéias impossíveis não somente são inúteis, mas também errôneas na política. As medidas econômicas que se tomem devem ser desta forma, possíveis, isto é, adaptadas aos meios disponíveis. Por isso, não é possível pedir melhoras e mais melhoras sem pensar em sua possibilidade. O que deve pedir-se é um modo, com ética, honestidade e boa vontade. Os êxitos virão depois, cedo ou tarde.

4.6. É produto da mentalidade materialista atual a redução de todos os serviços dos cidadãos a pagarem impostos, ao dinheiro. O Exército, que é o único serviço não-pagável, está se substituindo pelo profissionalismo. A criação da Frente do Trabalho, de Serviços de embelezamento popular, ações civis, etc., lutam contra esta tendência.

4.7. Todo membro do povo tem direito a um posto de trabalho. Este princípio está escrito em todas as constituições burguesas, para desdém e escárnio da democracia e de seus milhões de desempregados.

O Estado Socialista não pode tolerar o desemprego, nem a mendicidade. Desde que não demonstre uma má intenção, uma

vagância, etc., todo mendigo ou desempregado deverá ter um trabalho ou um soldo digno. Isto é prioritário a toda consideração.

Se um povo não pode dar trabalho a todos seus membros, deve ser apoiado pelos demais povos arianos e, em última instância, deve implantar-se a necessidade de um maior espaço vital para permitir este mínimo.

4.8. Se o demitido não é procedente na justiça, de modo algum pode considerar-se lógico que, pelo pagamento de uma quantidade de dinheiro, se aceite a sua legalidade, tal como ocorre atualmente no mundo capitalista.

As baixas em uma empresa por causa de necessidades de produção, nova tecnologia, ou perda de mercado são as mais duras de enfrentar, pois lamentavelmente estes casos são muitas vezes impossíveis de solucionar de outra forma.

Mas o problema do desemprego perde o seu rigor, sem embargo, quando o Estado Socialista se compromete a dar trabalho e pagar um soldo decente a quem o solicite.

Certamente a delinqüência, a má vontade no trabalho, o não-cumprimento dos deveres que implica o trabalhar, faz com que se perca este direito ao trabalho.

4.9. Este sentido ético socialista deve ser aplicado em todos os âmbitos da vida e não apenas na economia. O Socialismo na Arte implica na tomada de consciência por parte do artista de que, mediante sua obra, devem-se expressar sentimentos que elevem ao povo, não apenas a uma elite a qual lhe paga. O Socialismo é, desta forma, a vontade de trabalho à comunidade racial em todos os seus aspectos.

A luta revolucionária a favor dos oprimidos pela finança ou pelo amo estatal é uma obrigação ética socialista. Apoiamos os movimentos de liberação de todos os oprimidos pela injustiça. Não lutamos a favor da debilidade, mas sim contra a injustiça. Devemos usar a força, e ser fortes, para evitar a opressão.

5. SOCIALISMO E INTERVENÇÃO ESTATAL

5.1. No mundo atual, identifica-se o Socialismo econômico com a intervenção estatal nos bens de produção e em toda a vida econômica em geral, até chegar pedir a onipotência estatal em toda a vida humana.

Aparece como ideal um Estado onipresente, com milhões de funcionários e muitos mais milhões de súditos dentro de si.

5.2. O Socialismo não implica em uma burocratização da vida, mas se exclui à idéia liberal de um Estado “neutro”, de um “mal necessário” que mantém o livre “jogo” econômico.

Para a política socialista precisa-se um Estado popular, capaz de intervir firmemente contra qualquer intento anti-socialista e de marcar um ambiente ético, uma honradez geral.

Para tudo isso, o Estado precisa contar com o apoio e a vigilância dos elementos mais honrados e íntegros do povo.

A missão do Movimento Nacional-Socialista é, precisamente, formar estes quadros dispostos a servir ao Socialismo. O êxito da política socialista está TOTALMENTE em contar com estes homens nos postos de direção.

Por isto, o Estado Socialista deve mudar a idéia de funcionários e burocratas superabundantes, por uma minoria seleta.

A corrupção de um funcionário deve ser, desta forma, um delito gravíssimo, penalizado com os máximos castigos. Por sua vez, as infrações contra o Tesouro Público ou qualquer Lei devem ser também fortemente reprimidas, ali onde existia a má vontade, mais do que onde haja a oposição à “letra” da Lei.

5.3. O Estado deve garantir uma aposentadoria igual e digna para todos que trabalharam durante sua vida laboral, independente de qual fora seu salário. Sendo todos trabalhos de igual dignidade do Estado, todos merecem uma mesma aposentadoria, uma vez que as diferenças de responsabilidade, dedicação e trabalho chegam a seu fim com a aposentadoria. O trabalho do Estado é, desta forma, importante em todo o sistema socialista, mas o é mais, enquanto à direção ética do que enquanto à intervenção material e burocrática.

5.4. Consideramos a propriedade privada como atributo inalienável da pessoa humana. Todos devem ter acesso à propriedade, e não apenas alguns. Para os casos convenientes, a propriedade comunal, compartilhada dos meios de produção, é ideal. Esta meta não deve impor-se imediatamente. Todos aqueles que trabalham em uma empresa seriam – segundo sua capacidade, interesse, etc. – co-proprietários. Incluindo um recém chegado, que se iria convertendo em co-proprietário à base de deduções parciais de seu salário.

Estas formas de co-propriedade são ideais para grandes empresas.

“A verdadeira força da S.A. está naquilo que a compõe em sua essência: o elemento proletário. Mas, este feito também constitui em uma garantia de que com ela, todo o Movimento Nacional-Socialista não se deslizará nunca rumo a uma corrente de compromisso burguês. O proletariado, e em especial dentro da S.A., traz sempre ao Movimento o ímpeto revolucionário”.

Joseph Goebbles

RAÇA



Pintura de Vsevolod Ivanov

“O Nacional Socialismo é a aplicação da ciência racial”

Rudolf Hess

O PROBLEMA RACIAL

1. GENERALIDADES

1.0. Racialismo é o convencimento de que se deve considerar positivo e necessário para o desenvolvimento total (físico e espiritual) do homem, o mantimento da harmonia natural nas características genéticas de cada povo.

Surge o conceito de Raça da necessidade de definição e análise das únicas realidades observadas na vida das espécies. Tais realidades estão profundamente marcadas pelas diferenças que se observam e manifestam na realidade. Elas deram lugar a diversos ramos da ciência ocidental: Zoologia, Botânica e Antropologia. Para o estudo das espécies e seu habitat, a Biologia se especifica como base científica de toda a vida; a Genética, nos mecanismos de transmissão hereditária da vida, etc.

1.1. Desta forma, racialismo não é:

- a)** Estabelecer categorias valorativas entre os diversos povos.
- b)** Buscar apenas o desenvolvimento “físico” ou “espiritual” do povo mediante a qualquer tipo de medida que pretenda separar estas duas faces da mesma unidade. Deve-se buscar a interação e a harmonia dos dois lados do homem.
- c)** Ignorar a base genética e biológica das raças, tentando interpretar a estas em um sentido “antifísico”, equipando-as a características de estilo espiritual, sem base genética.
- d)** Confundir os meios com os fins. Isto é, confundir a proteção racial e a seleção genética, com os fins: o melhor desenvolvimento da pessoa humana de cada povo.

1.2. A base do racismo é o convencimento de que as “concepções do mundo” (a forma de ver a Arte, a cultura e a vida, a linha do desenvolvimento humano), assim como a forma de convivência social, estão decisivamente coordenadas pela base racial do povo que forma a comunidade.

1.3. Politicamente, definimos o Racialismo como movimento político-cultural que tende à conservação da pureza das diferentes raças. Tal vontade de ação surge do conhecimento adquirido através das ciências antes positivas, e do desejo de conseguir metas mais altas para todas as raças.

1.4. Raça e cultura estavam, estão e sempre estarão inseparavelmente unidas. A Cultura é uma manifestação a mais da Raça. As diferentes raças correspondem a diferentes culturas e com a morte ou a mescla delas, desaparecem suas manifestações culturais.

2. DIFERENCIAÇÃO

2.1. A riqueza cultural e espiritual que dá a variedade e a diferenciação entre comunidades raciais e étnicas, entre formas de ser, deve ser respeitada como um dom precioso da Natureza, que nos enriquece em nossas manifestações superiores.

2.2. É uma constante do pensamento nacional-socialista o apreço e o respeito pela diferença e pela personalidade, frente às tendências igualitaristas.

O Racialismo protege esta diferenciação em nível de povos; O socialismo hierárquico nacional-socialista, da própria comunidade popular.

Com base nisto, o Racialismo se opõe tanto ao extermínio de qualquer povo, bem como à mescla racial, o parasitismo de um povo sobre outros e a democracia igualitarista, ou o igualitarismo econômico.

2.3. Diferenciação implica na impossibilidade de valorização objetiva. Não se podem comparar pêras com maçãs mais que em relação a gostos ou a valorizações subjetivas próprias.

Por isso, é antirracista a depreciação sobre outras raças pelo fato de serem “diferentes”, ou sua valorização depreciativa, tanto objetiva como subjetivamente. O racista luta pelo desenvolvimento dos povos e os respeita, contanto que estes não pretendam influir, parasitar ou mesclar-se com os demais.

3. RELAÇÕES INTER-RACIAIS

3.1. É evidente para qualquer um que conheça a História, de que a raça ariana manteve unidos valores éticos, artísticos, culturais e sociais, que nos fazem vê-la com distinção acima das demais. Isto é certo, contanto que o afirmemos como valorização subjetiva, ou seja, segundo nossa forma de valorizar o mundo e as coisas.

Sendo esta valorização subjetiva, ela implica que não devemos forçar outras raças a aceitar nossa forma de vida, mesmo que esta seja realmente superior, mais completa. Nem forçá-los à nossa cosmovisão. Mas devemos e podemos atuar, sempre conforme nossa concepção de mundo. Inclusive, quando tratemos a outras raças, não devendo aceitar jamais outras concepções, apenas porque outros povos não as entendam assim, do mesmo modo que o nosso.

3.2. Assim, portanto, não devemos “aculturar” outras raças em nossa forma de entender a cultura. Mas sim, podemos exigir um comportamento digno de nossa ética às demais raças, sempre que nós estivermos presentes ou intervenharmos de alguma forma em seu mundo.

3.3. Separação racial não significa negar-se a apoiar os outros povos racialmente diferentes.

Mas este apoio deve ser de modo que não implique em mescla racial, nem influência cultural ou vital forçada.

O homem ariano apoiará às demais raças, contanto que estas o peçam; assim os povos poderão fazer, contanto que aceitem a segregação racial.

O racalista ariano tem uma capacidade superior de criação demonstrada historicamente. É por isto que no desejo de alcançar uma ordem superior, mais bela e justa, de acordo com sua cultura e forma de desejar o mundo, procurará potenciar e ajudar o desenvolvimento de outras culturas, sempre dentro do respeito à sua independência e desejo.

3.4. A luta pela própria existência como povo, pode levar em certas circunstâncias. Enfrentamentos inter-raciais, como existem inevitavelmente enfrentamentos entre povos da mesma raça. E, inclusive, conflitos dentro de um mesmo povo.

O movimento racalista em nossos povos deve levar a uma unidade ariana, que evite ao máximo possível as disputas entre arianos. Mas deixando aparte todo tipo de utopias bem pensantes, que de nada servem ante a dura realidade, temos de aceitar que a possibilidade de enfrentamentos continuará existindo. É preciso

convencer-se de que estes enfrentamentos inevitáveis apenas têm solução na luta de vontades de sobrevivência de cada um dos que conflagra.

Uma falta de vontade de existência, um falso pessimismo entreguista, a utopia de um mundo de raças amigas em união total é o melhor caminho para a hecatombe de nossa raça e as mais sanguinárias guerras.

A ordenação dos territórios, até hoje fruto de milhares de anos de guerras contínuas, deve fazer-se em base a fronteiras biológico-culturais. Este ponto se analisará mais detalhadamente em outro trabalho dedicado ao conceito de Pátria e Europa.

3.5. O racalista deve contribuir para o estabelecimento dos diversos ambientes naturais e históricos de cada raça. Assim, será possível se chegar a uma política de boa vizinhança.

3.6. Mesmo que sejam muitos os problemas que afetam atualmente a nossa raça, devemos ter sempre presentes que os mais graves não são às vezes os mais aparentes. Uma hierarquização destes problemas poderia ser:

- Recessão demográfica;
- Ausência de política eugênica;
- Mestiçagem e invasão de outras raças;
- Decadência de nossa sociedade e costumes: droga, álcool, poluição, degeneração sexual, vadiagem, etc.

4. INTER-RELAÇÃO FÍSICO-ANÍMICA

4.1. É de conhecimento universal que existem assinaladas diferenças de inteligência, de receptividade, de sensibilidade, de

todo tipo; enfim, entre indivíduos da mesma raça e de educação muito parecida existem, diferenças que todo educador nota entre alunos submetidos ao mesmo ambiente e educação, sendo radicais em todos os seus aspectos. Elas levam alguns às mais altas cotas de preparação, enquanto submete outros à mediocridade. Estas diferenças são devidas à diferente construção genética de cada indivíduo, que determinam drasticamente a conformação cerebral e hormonal e, com isto, a mesma personalidade e caráter.

4.2. Não se deve cair na simplificação de negar a importante influência do meio e da educação, mas é cientificamente absurdo falar que a diferenciação entre as raças e indivíduos dá-se quase exclusivamente nos elementos externos. De um indivíduo inapto ou degradado, nenhuma educação lhe trará um alto grau de capacidade ou sensibilidade. Enquanto que o indivíduo dotado e sensível, com poucos poucos meios chegará a se destacar. A constituição genética marca os limites e a direção; a educação e o meio traçam o caminho dentro destes limites.

4.3. As características psicológicas estão intimamente ligadas à base da constituição física, tanto cerebral, quanto hormonal e circunstancial. Todos nós somos conscientes de que se “nasce” artista. De que com sono é difícil apreciar um bom concerto. Ou que um desarranjo hormonal pode mudar totalmente o caráter de uma pessoa.

4.4. Dadas estas premissas anteriores, é fácil compreender que as diferenças raciais que afetam drasticamente toda a constituição física, são, por sua vez, definidoras do nível de “concepção do mundo” de seus componentes.

4.5. No mundo vegetal e animal, o homem efetua mestiçagens de espécies na tentativa de conseguir novas espécies que melhorem as características das raças mães, unindo entre si as características boas de ambas as partes. Estas mestiçagens produzem, em grande parte, inumeráveis elementos indesejáveis. Pouquíssimos são apreciáveis. Contudo, o investigador genético elimina os maus resultados, selecionando apenas os poucos bons.

É evidente que este método é inaplicável ao homem, devido à impossibilidade ética de proceder a uma “eliminação” de resultados negativos. Portanto, a mestiçagem produzirá apenas uma enorme série de produtos descentrados, inferiores aos pais, sem equilíbrio psíquico, com contradições internas que serão um gravíssimo perigo para culturas e raças originárias.

A raça ariana não deve, assim, mesclar-se sob nenhum pretexto, se deseja conservar sua forma de concepção do mundo, sua arte e sua cultura.

5. POLÍTICA RACIAL

5.1. O conceito de raça e as considerações sobre sua pureza, degeneração da mestiçagem, inter-relações físico-anímicas, desigualdade humana, determinismo genético, etc., não são atitudes políticas, mas feitos científicos, realidades. Neste sentido, dizemos que o Nacional Socialismo é um movimento natural, pois não contradiz as realidades que a Natureza nos oferece. A Ecologia é, pois, uma parte integrante de nossa Doutrina, e o Racialismo, ou o respeito às raças, forma parte de todo movimento ecológico. A igualdade democrática ou marxista, com seu desprezo pela raça, sua

utopia sobre a determinação da personalidade pela mera educação ou condições econômicas (baseada na teoria Lamarckiana da hereditariedade dos caracteres adquiridos), são totalmente opostos às leis da Natureza e à realidade científica. Por isto, não são idéias estáveis.

5.2. O Racialismo, como política racial, se inicia somente quando aceitamos a realidade natural e suas evidências racialistas, mas sim quando desejamos que o Estado, como vontade de existência de um povo, apóie-as e trabalhe em prol do desenvolvimento espiritual do homem.

Neste sentido, a política racial é para o racialismo o que o que o movimento ecologista seria para a ciência ecológica.

A prática racialista se baseia fundamentalmente nos pontos que citaremos a seguir.

6. POLÍTICA DEMOGRÁFICA

- a. Fomento da descendência dos melhores.
- b. Aumento da descendência dos melhores e mais sãos.
- c. Fomento do matrimônio jovem.

6.1. É completamente falso que nossa raça branca tenha um excesso demográfico. A maioria dos países brancos sofre de uma queda na população, “compensado” por um aumento da população de negros e asiáticos nos países brancos. Também sobe por conta da porcentagem de defeituosos, anormais, etc.

6.2. Existe um excesso demográfico precisamente em países não-brancos, onde não se fala na limitação dos nascimentos,

enquanto os povos arianos estão submetidos a uma campanha predeterminada e dirigida de limitação.

6.3. É completamente falso que um aumento da população nos países europeus, ou brancos, traz um “empobrecimento” geral, e que para se conservar o nível de vida ou rebaixar o desemprego, é preciso não incrementar a população. Este argumento, assim como o de que queimando colheitas se conseguirá ajudar ao agricultor em sua política de preços agrícolas, são produtos da demagogia e do sistema capitalista.

Homens e trabalhadores sadios sempre representam riqueza, como uma colheita. O contrário é apenas atribuível a uma péssima organização, ou a uma estrutura deformada do Sistema.

6.4. Não desejamos um aumento da natalidade que não esteja subordinado a um aumento na “qualidade” das pessoas. Desejamos, assim, fomentar e favorecer a natalidade dos mais sãos elementos do povo, livres de defeitos.

6.5. Esta seleção dos mais sãos e melhores não deve entender-se como uma “criação” de homens, idéia que combatemos totalmente. O fomento do matrimônio entre elementos sadios do povo não segue uma política de “obrigatoriedade”, mas de apoio e facilidades materiais e morais.

6.6. A proibição de procriar a elementos enfermos não deve ser tratada como um “castigo” ou “culpa” em absoluto. São medidas exclusivamente destinadas a evitar males sobre sua descendência. É uma honra para os enfermos hereditários evitar sua descendência, sendo este sacrifício seu, o melhor de sua entrega ao povo.

7. PROTEÇÃO SOCIAL DAS MÃES

- a) Proteção da gestação e da criação dos filhos, evitando trabalhos duros, mediante ajudas às mães de família por parte de organizações juvenis de trabalhadores.
- b) Apoio a uma educação dos filhos nos lares pelas próprias mães, frente à idéia de trabalhar por um salário como ilusão feminista.

7.1. O Estado racalista considerará a maternidade não somente como um Estado que merece atenção social durante a gestação das mães trabalhadoras, mas que esta atenção deve ser extensível à educação e criação das crianças pequenas.

7.2. Criar-se-á uma Frente do Trabalho, que integrará mulheres jovens e solteiras para ajudar em suas tarefas domésticas as mães camponesas ou trabalhadoras, que tenham vários filhos em seu lar.

7.3. No manifesto sobre a mulher, que se publicará junto a estes resumos, serão expostas as normas básicas de nossa concepção da maternidade e a feminilidade.

8. EUGENIA

- a) Eliminação de tudo o que atente à saúde racial.

8.1. A política eugênica é a base principal da política racial. Para compreender a política eugênica, é fundamental basear-se na consideração de que os defeitos genéticos são como enfermidades contagiosas.

Atualmente, um enfermo infeccioso é rapidamente isolado e tratado. Impede-se que nada contage, enquanto enfermo. Mas alguém com algum defeito genético, como é o caso de um deficiente mental, um neurótico ou um alcoólatra, podem contrair matrimônio, ou ao menos copular com toda a tranqüilidade. Isto é devido à ação corruptora da democracia e do marxismo, que seguem ao pé da letra as determinações sionistas, dadas pela imprensa e o capital.

Basta perceber que os defeitos genéticos são enfermidades contagiosas, para compreender e aceitar toda a política eugênica.

8.2. Antes de tudo, deve-se efetuar uma massiva campanha de controle sanitário, que detecte todos os casos possíveis de defeitos genéticos.

8.3. Como primeira intenção, deve-se tentar curar esta enfermidade. Lamentavelmente, e por hora (em grande parte, devido a sua complexidade e também à repressão que os estudos raciais têm sofrido), a ciência médica não permite a modificação seletiva do código genético dos cromossomos, a base da herança. Por isso, é quase impossível curar o defeito já produzido.

8.4. Portanto, a campanha deve se orientar para evitar o contágio da enfermidade. Este se produz pela fecundação. Não permitir que estes enfermos fecundem ou sejam fecundados. Para isto, a esterilização permanente e total é o meio mais lógico, medicamente falando.

8.5. Certamente, tudo isto entra no campo de uma ação sanitária. Politicamente, não se leva a cabo nenhuma discriminação, nem perseguição por possuir esta enfermidade. O que é punível é o fato de tentar a fecundação, sabendo que se é portador de algum

defeito genético grave. Isto seria uma agressão física ao filho, tão punitiva quanto a do leproso, que voluntariamente contagia aos outros em vez de apresentar-se aos médicos.

8.6. Apenas aqueles defeitos que afetam gravemente à concepção da pessoa, física e espiritualmente deverão ser tratados radicalmente. Outros, de menor importância, podem ser aceitos, embora se deva recomendar a esterilização voluntária.

9. EUTANÁZIA, UM TEMA CONFLITIVO

9.1. A Eutanásia, ou seja, o feito de dar fim voluntário a uma existência física vegetativa, onde a vida humana já morreu, estando irremediavelmente atormentada e aprisionada pela existência física, é um tema que não possui relações com racionalismo ou eugenia.

A eutanásia não pretende evitar a reprodução de defeitos, nem melhorar o povo, mas evitar a estes seres uma existência radicalmente desumana que denigra sua própria valorização e integridade.

9.2. Podemos estabelecer as bases fundamentais deste problema, que é sumamente conflituoso. Em especial, pelas consequências repugnantes a que se pode levar uma má aplicação da política.

9.3. A eliminação de uma existência física por motivos que sejam eticamente elevados e generosos com o próprio ser paciente desta ação não devem, em princípio, assustar-nos. Apenas o materialismo mais absoluto, que destina toda a importância à vida física vegetativa, pode se horrorizar diante disso.

9.4. Deve-se evitar radicalmente manter por meios artificiais a existência física nos casos em que seja irrecuperável a vida espiritual. Ou, naqueles em que a dor e a catastrófica situação do corpo façam da vida espiritual um martírio irremediável.

9.5. Estas possibilidades, de modo algum devem converter-se em uma espécie de licença para matadores de enfermos incuráveis, doentes mentais, etc. Cada caso deve ser estudado minuciosamente. Apenas em poucos casos individuais pode-se chegar a pensar nesta possibilidade e propor sua solução.

9.6. O direito ao suicídio voluntário, por motivos que não sejam materiais, deve ser totalmente aceito. Hitler se suicidou, assim como muitas de suas autoridades e muitos outros heróis da nossa História, cumprindo um dever com seu povo e evitando converter-se em uma arma nas mãos de seus inimigos. Mas é característica de nossa raça lutar até o fim antes de optar pelo suicídio, que só se propõe como sendo algo positivo em circunstâncias nas quais seguir vivendo representa um perigo para a honra e o bem do povo.

As condenações baseadas em motivos religiosos, como é o caso do suicídio ou a eugenia, não devem importar em absoluto ao nacional-socialista. Deve, no entanto, ser realizado sob princípios elevados e éticos, de acordo com a própria moral ou religião de cada qual.

Como nacional-socialistas, combatemos radicalmente toda piedade que permita a geração de enfermos hereditários. E devemos ignorar, a próprio juízo, aquele que se oponha à permissão de poder cumprir com nosso dever, em um dado momento (o caso do suicídio).

10. ABORTO E EUTANÁSIA

10.1. É conhecida a postura nacional-socialista contra o aborto. A partir da fecundação, o óvulo é uma vida humana em potencial e, portanto, sua morte provocada voluntariamente categoriza um assassinato, tão grave quanto matar uma criança ou um adulto.

10.2. O aborto, quando se tem a certeza de que o novo ser é portador de defeitos físicos ou psíquicos devidos à herança (que escapem ao controle racial exigido no matrimônio) ou a ações patológicas durante a gestação, acidentes, etc., é um problema que se une diretamente à questão já exposta, sobre a Eutanásia.

O aborto eutanásico é, assim, um tema grave e complexo. Cada caso deve ser minuciosamente estudado, tomando-se decisões em consciência, dependendo da gravidade e circunstâncias do caso. Em nenhum momento, a simples vontade dos pais (e jamais problemas econômicos, sociais ou religiosos) deverá determinar a decisão, mas através de um diálogo entre eles e o tribunal médico.

10.3. Embora a Eutanásia seja uma medida radical que, a princípio, se repudia em aplicar, é realmente muito difícil não aceitar esta solução quando se tenha visto o nascimento de autênticos monstros, sem nenhum vestígio de humanidade. Se lamentavelmente sobrevivem, levam uma existência imprópria à dignidade humana e às leis da Natureza.

10.4. O aborto, realizado por motivos eugênicos graves, decidido por uma equipe médica, pode ser perfeitamente aceito pelo Nacional Socialismo (como o caso do aborto devido ao perigo grave para a vida da mãe).

Estes casos devem ser considerados como simples atuações cirúrgicas médicas, por motivos de saúde. É certo que representam somente uma minoria mínima das gestações existentes. Combatemos radicalmente o imenso genocídio de milhões de fetos que se efetuam através do marxismo e da democracia, com o aborto voluntário por mero egoísmo dos pais, sem qualquer justificação médica.

FEMINILIDADE



Pintura de Fritz Mackensen

"Uma mãe que não foi tudo para seu filho, falhou em seu papel".

Joseph Goebbels

SOBRE A FEMINILIDADE

1. GENERALIDADES

1.1. O homem e a mulher são pessoas, enquanto respeitarem sua própria identidade natural, racial, psicológica e espiritual. Portanto, a mulher branca sente-se absolutamente satisfeita tanto de sua raça como de seu ser feminino, buscando sua realização e elevação como pessoa, no desenvolvimento de sua feminilidade em particular, e no do conjunto da raça em geral.

1.2. Entende-se por feminilidade, a concordância do comportamento da mulher com sua própria idiossincrasia natural, com os sentimentos e inclinações naturais, sem pretender trocá-los ou modificá-los por influência do comportamento masculino.

1.3. Não se pode *ser* feminina, nem *sensata como* mulher, mas como pessoa. Tudo aquilo que atente à possibilidade de desenvolvimento pessoal da mulher branca é contrário à feminilidade.

Assim mesmo, todo pretendido “direito”, ou ato que atente à feminilidade é contrário à pessoa humana.

1.4. A expressão espiritual e caracteriológica prévia da mulher branca vem dada por sua raça, de forma com que os valores da raça aariana estão incrustados tanto no ser interno e psicológico do homem quanto no da mulher, de modo que sua concepção básica do mundo e seus valores fundamentais são idênticos. Por isto, a concepção da feminilidade e o respeito que para ela exigimos, são pressupostos próprios de nossa raça, que devem ser apoiados por um Estado Racialista.

1.5. As diferenças homem/mulher não são mero produto das condições sociológicas ou educativas (como não o são nenhuma diferença natural entre os homens), mas, em boa parte, resultam de uma constituição genética diferente, que produz uma psicologia variável.

1.6. As diferenças entre homem e mulher não se reduzem apenas aos órgãos sexuais. Baseiam-se fundamentalmente em diferenças psíquicas. Estas diferenças não são estruturalmente de caráter geral (como no caso das raças humanas), mas restringidas a um âmbito relacionado à estrutura sexual e suas repercussões psíquicas e físicas dentro da mesma raça.

É absurdo crer que as grandes diferenças hormonais e constitucionais entre homem e mulher não tenham sua repercussão em todo o conjunto psíquico geral, quando apenas um hormônio, como a testosterona, provoca mudanças radicais.

1.7. A esta diferenciação básica corresponde uma legislação, um compromisso social, uma função diferenciada dentro do princípio anti-igualitarista e de apreço da personalidade que sustenta o Nacional Socialismo em todos os campos.

1.8. As diferenças entre ambos os sexos, dentro de uma mesma raça, não estão ligados a superioridade ou inferioridade, mas em uma diferente concepção de cada qualidade humana. Isto traz a diversidade de personalidades, que enriquece nossa raça, fomentando a polaridade sexual não somente no campo físico, mas no psicológico. Esta polaridade sexual tem sua plenitude e realização final no meio matrimônio-família.

1.9. Desta forma, estas diferenças não somente existem, mas são desejáveis como um reflexo da natureza, e atuam em prol do desenvolvimento da própria mulher ou do homem.

2. MATERNIDADE E MATRIMÔNIO

2.1. A procriação é o caminho natural, por excelência, que tem a mulher para elevar-se como pessoa dentro do amor; encontrar um caminho de realização criativo, em prol do povo. Ela não é o fim exclusivo da mulher, contanto que desejada com amor e orientada à elevação espiritual, e nunca castradora de um desenvolvimento completo seu. É função do Estado Nacional-Socialista criar um ambiente e meios precisos, para que a mulher possa completar sua maternidade e as responsabilidades que isto contrai, com as atividades humanas elevadoras, como a Arte, Cultura, etc.

2.2. Desta forma, a procriação não é uma competência exclusiva da mulher, pois também é compartilhada com o homem. A idéia de que este pode desligar-se das responsabilidades diárias dos filhos, em troca de um trabalho remunerado, é própria da mentalidade cômoda, mercantilista e burguesa atual.

2.3. Aparecem como produtos do espírito burguês e hedonista atual, a propaganda contra as famílias numerosas, contra a vida familiar simples e camponesa, etc. Produz-se no mundo moderno uma identificação entre liberdade e falta de responsabilidades, fazendo crer que uma vida vazia, improdutiva, hedonista, baseada na busca do prazer pessoal, é a meta do ser-humano. Por isto, ter filhos, seu cuidado, sua educação plena, ética e espiritual se vêm

por esta ótica burguesa, como uma responsabilidade-fardo agonizante.

2.4. A mulher nacional-socialista reclama seu direito de possuir uma família numerosa, com o apoio decisivo do Estado no plano econômico e ético, dentro de uma política de apoio ao campesinato e a vida em um meio natural.

2.5. A mulher nacional-socialista. reclama o direito a ser atendida medicamente de forma gratuita, obrigatória e preventiva antes do matrimônio, de forma que se tente detectar qualquer defeito ou enfermidade em qualquer um dos cônjuges que possa afetar à possível descendência. Reclama a atenção eugênica da ciência médica em uma linha ética em prol da raça.

2.6. A mulher nacional-socialista reconhece o direito dos filhos terem uma família, pelo que concretiza a necessidade de que a reprodução e o amor se sublimem dentro de uma instituição matrimonial civil, ética e sentimental.

2.7. O matrimônio e a família não são, em absoluto, os únicos caminhos de superação da mulher, embora seja algo que o Estado apoiará, mas decididamente em razão de seu interesse racial. A mulher solteira desfruta de todas as possibilidades de desenvolvimento da pessoa humana, em igualdade total de respeito e promoção, se em relação ao homem.

2.8. A mulher nacional-socialista reclama o direito de que o matrimônio e a formação de uma família sejam um ato investido da máxima seriedade, devido tanto à própria importância da instituição familiar, como em sua influência na educação dos filhos. Desta forma, o Estado deve-se fazer participante na defesa da estabilidade

familiar. Portanto, se exigirá para o matrimônio um mínimo de garantias de estabilidade ética, assim como o compromisso jurado de que os cônjuges desejam manter esta estabilidade, em benefício dos mesmos, de seus filhos e do povo.

Sobre o tema do divórcio, será efetuada uma exposição aparte.

2.9. A mulher nacional-socialista reclama o direito à liberdade pessoal, pois de modo algum o matrimônio implica em uma subordinação pessoal, legal ou mental sua, muito embora exista uma responsabilidade compartilhada com o esposo.

2.10. Uma das diferenças físicas naturais entre o homem e a mulher é a maior envergadura muscular do homem. Esta força superior está a serviço do trabalho e da defesa da comunidade, mas nunca deve ser desculpa ou motivação para uma dominação pela força, uma tirania da brutalidade, do medo dentro do matrimônio, tal como sucede alguém desprezível na corrompida sociedade atual, acentuando este problema a incultura e o alcoolismo.

3. A MULHER NO TRABALHO

3.1. O trabalho remunerado é uma obrigação ética de serviço à troca da qual se recebem os bens necessários para o mantimento da família ou da pessoa. O trabalho, tal como se exercita na sociedade industrializada atual, não é nem um prazer, nem uma forma de elevação pessoal.

3.2. O trabalho deve remunerar suficientemente um dos membros da família, para que se possa satisfazer as necessidades dela. Fomentando assim o Estado, permitirá que o outro membro

possa ocupar-se de funções mais elevadas, como a educação dos filhos, fomento da arte e cultura familiar, ações socialistas em prol da comunidade, etc.

3.3. A mulher nacional-socialista entende como uma honra o direito de ocupar-se desta atividade não-remunerada em prol da comunidade, estando de acordo, ademais, com sua disposição natural para a criação e educação dos filhos.

3.4. O trabalho remunerado deve deixar de ser visto como a ilusão máxima da mulher, visão própria do materialismo atual que identifica a utilidade econômica com o que é desejável. Ou, na maioria dos casos, isto é provocado por uma necessidade econômica imperiosa, ante a insuficiência do salário familiar nas classes trabalhadoras, pela ausência de um apoio estatal. O Estado Nacional-Socialista dará prioridade de trabalho àquelas famílias que não disponham de meios frente ao trabalho, de dois membros de uma mesma família.

3.5. No caso em que a mulher deseje ou precise trabalhar, o Estado Nacional-Socialista fomentará e exigirá que as condições do dito trabalho sejam compatíveis com as responsabilidades familiares.

3.6. Nossa revolução nacional-socialista tem como uma de suas metas a libertação da mulher dos cadeados agonizantes das fábricas, dos trabalhos incompatíveis com sua psicologia feminina ou com o cuidado dos filhos. Isto não supõe uma menor apreciação da mulher, mas, precisamente, uma valorização positiva do seu papel insubstituível para a formação das futuras gerações do povo.

A mulher sente-se orgulhosa de trabalhar junto ao homem de nossa raça, em prol da construção de um mundo melhor.

3.7. À igualdade de trabalho, exigimos igual remuneração. O decidido apoio do Estado à mulher casada e com filhos, que precise trabalhar por necessidade, deve refletir-se em condições de trabalho e um horário compatível com a família, estando estas conveniências a cargo de toda a comunidade.

3.8. A mulher nacional-socialista condena a visão burguesa de uma mulher reduzida a ser serva da casa, não possuidora de cultura. Acreditamos totalmente que o melhor meio para unir sua própria formação como pessoa à prática da arte, cultura, esporte, o cuidado e formação da família e sua participação na luta pelo povo, é o Estado Nacional-Socialista, que deve fazer suas estas exigências e que as apóie.

3.9. Portanto, deve-se deixar de ver como alternativa a mulher que trabalha fora de casa, àquela confinada na incultura e pequenez de objetivos, a “das telenovelas e revistas de moda”. Ela, em sua função de mãe, deve ter, precisamente, uma maior facilidade para alcançar a cultura e a arte, por não estar sujeita aos cadeados das fábricas.

A criação de uma Frente do Trabalho que ajude as mães com filhos pequenos em suas ocupações, que facilite sua aproximação ao mundo da cultura, são necessidades que apoiamos totalmente.

3.10. A mulher nacional-socialista condena os sistemas individualistas e anti-sociais, que fazem do homem o único dono do salário de seu trabalho. Tudo o que pertence a cada um dos componentes de uma família é propriedade da família em conjunto, seja qual for sua procedência. Nenhum dos membros familiares pode ter bens individuais.

O membro da família que possui trabalho remunerado não é, assim, dono de seu salário, mas um co-participante da economia familiar e de seu destino.

4. SOBRE O SEXO

4.1. A mulher nacional-socialista reclama o direito de o sexo ser considerado como uma faculdade ligada ao amor e a reprodução do povo; uma faculdade criadora e positiva, de forma que todo o ato ou tendência, que atente contra esta alta consideração do sexo, seja visto como um atentado contra a dignidade da pessoa, e castigado pelo Estado da forma mais severa, pois atenta contra a própria existência do povo.

4.2. Por isto, reclama o direito de eliminar da vida do povo os defeitos sexuais, aberrações, homossexualidade, etc., confinando-os como enfermos, ou castigando-os como elementos corruptores. Eliminar a pornografia, o comércio do sexo, etc., em todas as suas facetas e intensidades, entendendo-as como uma corrupção capitalista contra a sexualidade.

4.3. A sexualidade, contanto que ligada ao amor, não somente é positiva, mas também deve ser considerada como uma potência humana, que dá novas qualidades ao amor. Portanto, repudiamos qualquer tipo de puritanismo, depreciação do sexo, medo à sexualidade, criação de tabus, masoquismo e auto-repressão, etc., sem que isto signifique que aceitamos os variados métodos que a corrupção burguesa trata de nos impor.

4.4. O ensino da sexualidade deve ser assumido em primeiro lugar pelos próprios pais, mas, assim mesmo, na educação escolar, devem-se dar as idéias básicas sobre o tema, sem criar absurdos “mistérios-tabus”. No entanto, combatemos totalmente a promiscuidade e o rebaixamento humano, que implica em tomar esta potência humana como mera busca de prazer.

4.5. A mulher nacional-socialista deprecia o mercado da “beleza física” implantado pelo capitalismo graças à “moda”. A feminilidade, o apreço por um corpo sadio e harmonioso em suas formas, concordante com um espírito forte e sensível, está totalmente oposto ao mundo da moda, ao manejo da beleza como um objeto erótico, e ao mercado dos cosméticos.

Por isto, a revolução nacional-socialista acabará com o corrompido sistema atual, do ódio e da moda.

5. MULHER E POLÍTICA

5.1. A mulher nacional-socialista reclama o direito de combater pelo bem do povo e da revolução, pois isto é um dever comum a todos. Desta forma, ela pode ocupar qualquer cargo dentro do Movimento Nacional-Socialista, e nele manter as suas próprias organizações, que façam possível a compatibilidade entre a feminilidade e a luta política.

Nenhuma mulher pode dispensar-se de cumprir com o dever de lutar pela salvação de nossa raça e cultura em razão de sua feminilidade, mal entendida como covardia ou egoísmo.

5.2. A mulher nacional-socialista considera insultante para sua personalidade o feminismo atual, que deprecia a personalidade feminina e só aceita um pseudo-marxismo machista, coalhado de aberrações sexistas e neuróticas. Todo esse movimento é obra de uma campanha sionista contra a nossa cultura.

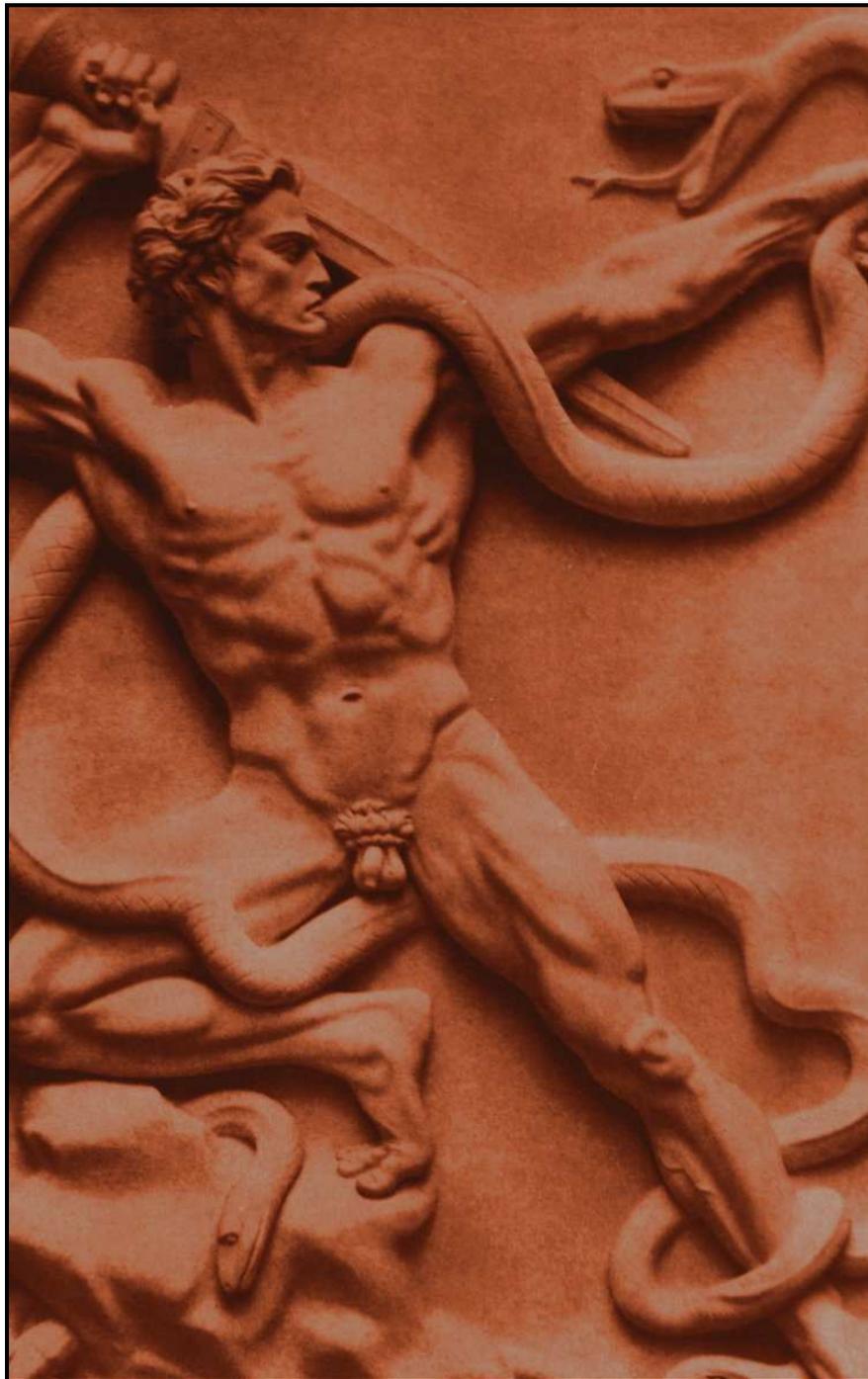
5.3. A concepção feminista parte de que as diferenças entre homem e mulher são um produto exclusivo da sociedade; da opressão e da luta entre os sexos. E, portanto, todas as diferenças devem ser eliminadas, tomando a igualdade total como a meta que se deseja alcançar.

5.4. Não distinguir as diferenças intrínsecas (que negam) das provocadas pelo meio é o erro básico feminista. Assim, estão negando a própria existência da mulher como tal.

5.5. O feminismo deve enquadrar-se dentro da linha igualitária e antinatural da democracia e do marxismo. Não é, portanto, uma ação independente, mas uma seqüela lógica das idéias do Sistema, aplicadas à concepção do sexo.

5.6. Não se deve confundir o feminismo com a luta da mulher para eliminar as diferenças criadas na sociedade, causadas por costumes já inúteis, pela violência ou injustiças. Nas sociedades brancas atuais, estes casos são raros. É evidente que a luta das mulheres, no princípio deste século, para eliminar as injustiças existentes, é totalmente louvável.

RELIGIÃO



Escultura de Arno Breker

“Nós nacional-socialistas acreditamos que vivemos da forma mais natural possível, o que é dizer de acordo com as leis da vida. Quanto mais precisamente entendemos e observamos as leis da natureza e da vida, com o intuito de preservá-las, mais nós correspondemos à vontade de uma força onipotente”.

Martin Bormann

O TEMA RELIGIOSO

1. BASES

1.1. A base do Nacional Socialismo é crer em uma série de valores absolutos, ligados à concepção natural de cada raça. Por exemplo, honra, valor, lealdade, honestidade, decência, amor, liberdade, respeito, etc.

Somos racialistas. Portanto, acreditamos que estes valores devem ser mantidos como absolutos. Ou seja, não dependentes de votos ou de maiorias, para um maior desenvolvimento da pessoa.

1.2. A existência de valores absolutos implica de uma ou outra forma, a presunção de uma regra absoluta, uma vontade absoluta, de modo que sem isto é impossível defender escalas de valores raciais íntegros.

O materialismo, a crença de que nada no universo está fora dos valores subjetivos materiais, é uma concepção contrária ao Nacional Socialismo.

1.3. Chamaremos de Deus, de modo generalizado, a qualquer forma de conceber estes valores absolutos: chame-se deus individual, politeísmo racial, panteísmo, etc.

1.4. Chamaremos de ateísmo a negação de qualquer forma de Deus, de valores absolutos, que leva ao materialismo total.

Não é ateísmo as dúvidas ou a insegurança em como será deus na realidade, a dúvida ou a impossibilidade de definir-se nada neste sentido, sempre que isto não seja atrelado à negação de deus e, portanto, dos valores absolutos que defendemos.

1.5. Religiões são as formas concretas de comunicar-se com Deus. Desta forma, uma religião é mais do que esta crença; é acreditar em um Deus concreto e em uma forma também concreta de relacionar-se com.

1.6. A cosmovisão nacional-socialista é, essencialmente, um idealismo ativo. O Nacional Socialismo idealiza o futuro, propondo metas materiais e espirituais a serem atingidas em um caminho de superação.

O Nacional Socialismo é seguidor e promotor da história de cada povo e, por isto, o espírito religioso, simples e sereno, forma parte de sua proposta ideológica.

2. RELIGIÃO E NACIONAL SOCIALISMO

2.1. O ateísmo se opõe radicalmente ao Nacional Socialismo.

2.2. O Nacional Socialismo não é um movimento religioso, mas uma concepção de mundo com base em valores raciais. Hitler expressou claramente que não devemos ser reformistas religiosos, mas políticos. Portanto, qualquer religião que aceite os valores raciais que defendemos, será totalmente aceita pelo Nacional Socialismo.

2.3. O Nacional Socialismo deseja elevar à pessoa humana. Desde que uma religião seja uma forma correta para apoiar esta elevação da qualidade humana, o Estado Nacional-Socialista apoiará e respeitará essa religião.

2.4. O Estado Nacional-Socialista respeitará o direito de toda pessoa a pertencer a uma religião, ou de não pertencer a nenhuma

delas; contanto que, em ambos os casos, se mantenha o respeito aos valores raciais básicos.

2.5. O Nacional Socialismo se absterá de interferir-se nos aspectos religiosos, dogmas ou cerimônias de cada religião, desde que estas cumpram com a obrigação de estarem de acordo com os valores que defendemos.

As religiões, sendo organizações públicas, deverão, por sua vez, aceitar os princípios políticos do Nacional Socialismo, no que se refere à ordem social. É vontade do Nacional Socialismo que as religiões dediquem-se exclusivamente a seu âmbito religioso, deixando ao movimento político nacional-socialista a ação política pública em todos os seus aspectos.

2.6. Portanto, em temas como o matrimônio, propaganda e atos públicos, organizações sacerdotais, etc., a legislação racialista estatal deve ser respeitada pelas religiões.

Por sua parte, o Estado Nacional-Socialista tentará a todo o momento levar em consideração, dentro de sua legislação, que cada religião possa cumprir suas normas dentro da legalidade.

2.7. Será proibida toda ação contra o sentimento religioso. O Nacional Socialismo apóia o direito de se ser religioso, ou não sê-lo. Mas, de modo algum isto implica na liberdade para atacar o sentimento religioso, ou na obrigatoriedade de se pertencer a uma determinada religião.

2.8. As críticas entre religiões ou entre opiniões religiosas devem ater-se às normas de ética: ficam, portanto fora todo tipo de ataque indecoroso, da propaganda insultante e da incitação à agressão, etc., contra qualquer sentimento religioso. As críticas que

se desejem efetuar, far-se-ão de forma correta e dentro da linha de ponderação e ética que nos são próprias.

3. RELIGIÃO E POLÍTICA

3.1. De nenhuma maneira, o problema religioso deve ser um obstáculo na luta política nacional-socialista. Todos os homens brancos, sejam da religião que forem, devem lutar unidos no movimento nacional-socialista.

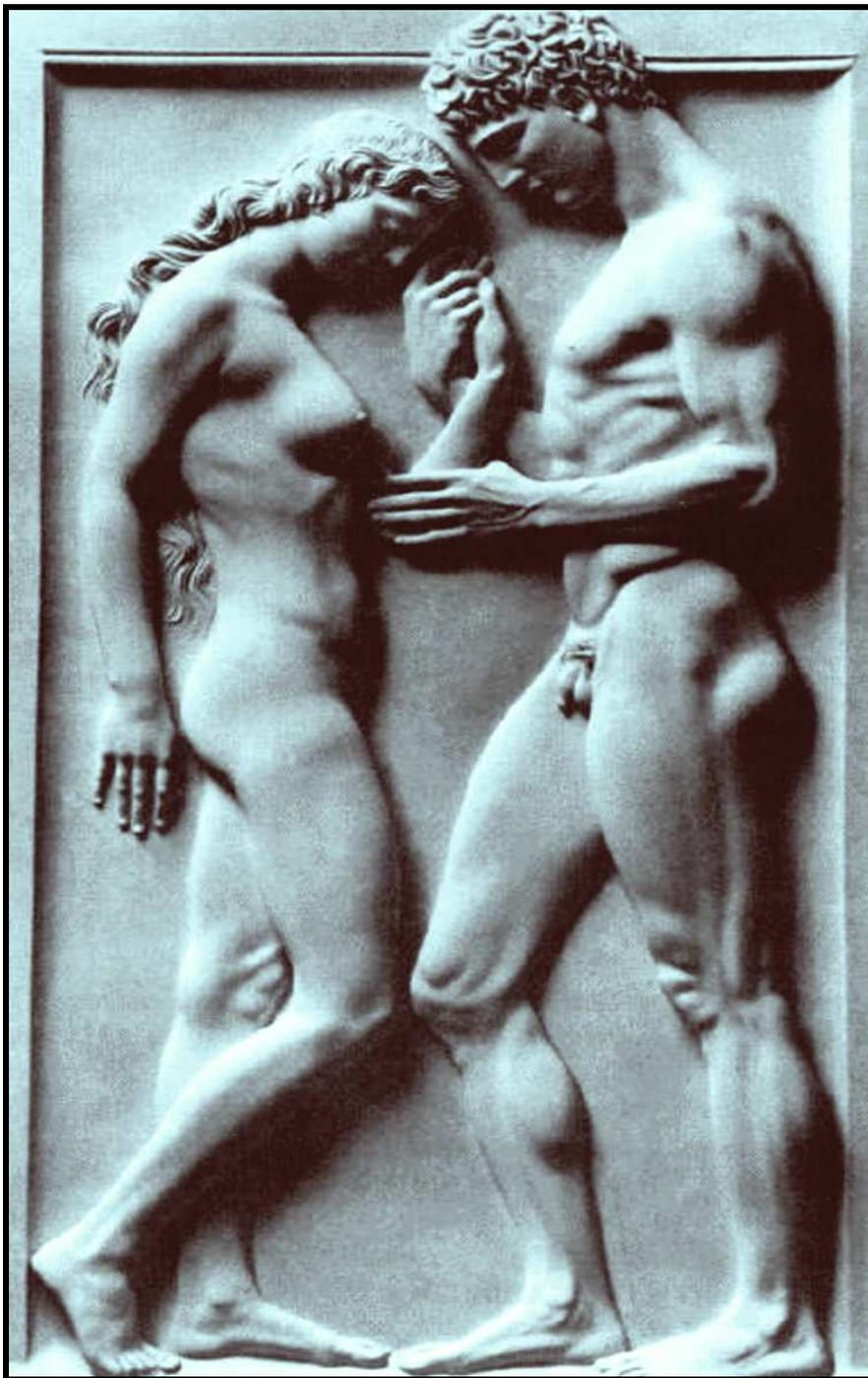
3.2. Os defeitos nas igrejas, como organizações temporais, não são motivo para destinar o ataque a certa religião. A reforma das igrejas atuais é, evidentemente, uma necessidade; mas não implica em uma destruição ou desautorização da religião, e sim dos homens que as dirigem nos dias de hoje.

3.3. O Movimento Nacional-Socialista honra-se em participar oficialmente nos atos religiosos que a autoridade considera oportunos, como forma de mostrar seu respeito e apoio, sem que isto implique em uma intromissão na liberdade religiosa de seus membros.

“Para o futuro da humanidade, não se radica a importância do problema no triunfo dos protestantes sobre os católicos, ou dos católicos sobre os protestantes, mas em saber se a Raça Ariana permanecerá ou desaparecerá.”

“Minha Luta” Adolf Hitler

MATRIMÔNIO



Escultura de Arno Breker

*“Somente de uma união total podem nascer seres completos,
equilibrados”.*

Pedro Varela

MANIFESTO SOBRE O DIVÓRCIO

Ante a atualidade deste tema e a desorientação existente sobre ele, acreditamos ser necessário adiantar estas notas sobre o problema, desde um ponto de vista exclusivamente nacional-socialista, privando-se de outros pontos também respeitáveis.

1. PRÉVIO

1.1. Historicamente falando, o Nacional Socialismo alemão respeitou tanto ao catolicismo como a todas as seitas protestantes. O divórcio estava, portanto, totalmente aceito, dado que o protestantismo o aceitava. Nunca se considerou o divórcio contrário aos princípios básicos nacional-socialistas.

1.2. A proibição ao divórcio somente apresenta-se em nossas culturas arianas com a aparição do catolicismo. Gregos, romanos e germânicos o aceitavam em certas condições, como o adultério, maus tratos, loucura e também pela esterilidade. Todas as demais seitas cristãs também o aceitam.

Desta forma, a oposição contundente ao divórcio é um problema católico (que, evidentemente, tem uma tradição nos países mediterrâneos), mas isto não tem relações com o Nacional Socialismo.

1.3. Para abordar o tema do ponto de vista nacional-socialista, devemos estar independentes de qualquer base religiosa. O Nacional Socialismo aceitou o divórcio dentro da política de independência entre o Estado Racialista e as religiões, conforme o de todo nacional-

socialista pertencer a qualquer religião que respeite os valores arianos, ou, de não pertencer a nenhuma religião.

Em todo o momento, tentou-se respeitar todas as religiões. E procurou-se torná-las o mais compatível possível da atividade estatal.

2. TRAÇADO TEÓRICO GERAL

2.1. O matrimônio possui uma dupla vertente:

- Estabelecer uma família, ou seja, a procriação e educação dos filhos, dentro do ambiente de um lar familiar;
- Estabelecer uma união e compenetração pessoal-espiritual entre os cônjuges, que lhes leve a uma elevação ética de ambos.

Ambas as facetas são de igual importância e complementam-se, pelo bem do povo.

2.2. O Estado Nacional-Socialista considera o ambiente familiar como sendo fundamental e único para a educação e formação dos filhos, em torno da união das relações de amor e compreensão dos pais e filhos.

Se esta relação de amor não existe, a família já não é o melhor ambiente para esta função educadora. E, de modo algum, poderá assegurar que a permanência dos filhos neste ambiente seja positiva.

2.3. Qualquer tipo de matrimônio religioso deve ser associado (de forma implícita ou explícita) ao matrimônio civil, que é o único que o Estado Nacional-Socialista pode e deve controlar, desde o ponto de vista racial.

O Estado Nacional-Socialista não pode intrometer-se nas condições que cada religião coloca a seus matrimônios religiosos. No

entanto, devem-se exigir aos matrimônios civis, que lhes estão associados obrigatoriamente, os controles eugênicos que sejam considerados necessários.

2.4. O matrimônio civil não é um mero contrato, mas um grande compromisso ante o Estado Nacional-Socialista, como representante do povo, em formar uma família, educar nele os filhos e trabalhar para a elevação espiritual de todo o conjunto familiar.

O Nacional Socialismo considera a monogamia como uma característica inerente ao homem ariano, dado o caráter elevado e sublime do amor e a alta consideração da mulher dentro de nossa raça, frente à baixa qualidade de sentimentos e a falta de consideração para a mulher que denota a poligamia.

2.5. No matrimônio, existe um juramento de fidelidade e de vontade de convivência perante ao Estado Nacional-Socialista e a comunidade popular.

Este compromisso não pode ser interrompido por mero capricho dos cônjuges, nem mesmo em casos de desavenças mútuas. É o Estado Nacional-Socialista que, como depositário deste compromisso, deve decidir sobre a possibilidade e a razão de anular o compromisso.

Em casos de incompatibilidade mútua, má convivência, etc., é perfeitamente lógica a separação, mas o Estado Nacional-Socialista pode considerar que os que não souberam ser fiéis ao juramento da vontade de convivência, por motivos inconsistentes, não estão capacitados para voltar a contrair outro juramento idêntico.

2.6. É evidente que os casos em que um dos cônjuges é totalmente inocente da ruptura; nos casos de abusos, maus tratos,

aberrações, loucura, criminalidade, etc., por parte de um dos cônjuges sem o outro ter culpa alguma, podem ser casos típicos nos quais a justiça exige uma reparação total ao inocente: o divórcio.

Isto não prejudica em absoluto a família, que a estas alturas já está totalmente desestruturada.

2.7. O Estado Nacional-Socialista é aquele que deve controlar o divórcio, ou seja, a continuidade do matrimônio civil, sem que as religiões em nada intervenham neste processo.

Dentro do Estado democrático atual, é correta a depreciação total ao matrimônio civil, que se converteu em uma mera pantomima sem sentido racial, nem popular, subordinado a um Estado corrompido e decadente. Por isto, nestas circunstâncias atuais, o matrimônio religioso demonstra possuir muito mais sentido e profundidade que o civil. Mas sob um Estado Racialista, apenas o matrimônio civil tem validade total, estando-lhe subordinado as cerimônias religiosas.

2.8. A indissolubilidade matrimonial civil poderia aceitar-se como uma opção voluntária, naqueles casos em que o Estado Nacional-Socialista considere-o interessante dentro da política de amizade e adequação aos costumes religiosos do povo. Mas nunca pode haver uma imposição de uma norma religiosa particular à política racialista do Nacional Socialismo.

ARTE



Pintura de Georg Siebert

“Riqueza e pobreza são, como tudo neste mundo, apenas termos relativos. Aquele que pensa apenas em coisas materiais, sempre haveria de considerar-se mais pobre”.

Adolf Hitler

1. DEFINIÇÕES

1.1. Chamaremos de obra artística à expressão material de sentimentos humanos.

1.2. O objetivo da obra artística é transmitir sentimentos humanos aos demais homens. E com isso enriquecer sua sensibilidade, sua personalidade.

1.3. A Arte não é assim, uma atividade individualista, embora dependa da genialidade individual do artista. Tão importante quanto a criatividade deste, é a receptividade de sua obra, a transmissão do sentimento ao espectador.

1.4. O fim da Arte dentro da política nacional-socialista é a elevação humana do povo através da riqueza de sentimentos.

Toda obra artística que não busque a elevação humana, mas que implique a transmissão de sentimentos que rebaixem ou denigrem a pessoa humana, a transmissão de sentimentos alheios aos valores raciais do povo, é contrária ao Nacional Socialismo.

1.5. Toda comunicação entre homens deve-se efetuar através dos sentidos. A obra artística exige, assim, uma forma “material” (ondas sonoras, cores, massa, letras, etc.) para expressar o “fundo” ou sentimento. A variedade na “forma” é a que determina os tipos de arte (música, pintura, escultura, literatura, etc.).

1.6. A genialidade do artista é conseguir transmitir por meios materiais (forma) algo anímico, imaterial (sentimento).

2. ARTE E RAÇA

2.1. A base genética racial estrutura em cada povo uma concepção de mundo mais homogênea, quanto mais homogênea for essa base genética. Certamente, esta concepção de mundo não é única, mas distribuída estatisticamente em relação a uma média.

Esta concepção de mundo se expressa segundo os fatores de Espaço e Tempo, nos âmbitos culturais concretos que são, por sua vez, os que geram as diversas civilizações pelas quais cada etnia passa.

2.2. A Raça marca limites ou possibilidades básicas, que são percorridas, concretizadas segundo as características “formais” que dominam em cada Espaço-Tempo, ou seja, pelos fatores ambientais, educativos, etc.

Estes fatores podem ser forçados pela opressão de outro povo: por exemplo, uma grande parte da chamada “arte” moderna é o resultado da imposição ambiental de idéias, formas e sentimentos judeus e negróides.

2.3. Da mesma forma que a mescla racial destrói a identidade de um povo e implica em um rebaixamento de sua qualidade humana, a imposição de tipos “formais” estranhos na arte de uma raça leva à decadência artística desta.

2.4. É bastante fácil estabelecer uma tábua de equivalência entre o “estilo” artístico de cada época e as idéias dominantes, dentro da concepção do mundo ariano em nossa era.

3. POLÍTICA E ARTE

3.1. O fim da política é servir de ferramenta para conseguir uma elevação do homem. Isto se faz através de uma economia socialista que lhe dê os meios materiais necessários, e um Estado popular que os use para elevar a sensibilidade através da arte, ciência, etc.

3.2. Desta forma, a economia está a serviço da política, e esta, a serviço da pessoa, sendo a arte um dos caminhos para enriquecê-la. Assim, a arte não é um caminho ou arma política, nem está a serviço desta.

4. ARTE E SOCIALISMO

4.1. A mentalidade economicista marxista e capitalista faz com que atualmente se veja a arte como certo luxo. Para os marxistas, a arte está a serviço da luta de classes e é um resultado das relações econômicas. Trotsky chegou a dizer que as melhores obras de arte eram alguns refeitórios populares ou grandes hospitais. O valor artístico está, para a sociedade atual, em função de sua utilidade.

4.2. Disto, sai o sentimento tão propagado em certos meios, de que os gastos estatais para com a arte são um luxo, frente à “necessidade” dos gastos da política econômica.

4.3. O homem possui ambas as necessidades, tanto materiais como espirituais (culturais, artísticas, sentimentais). É tão vital se tornar uma pessoa, umas como outras. E é tão infra-humano passar fome quanto ser obeso, analfabeto e ignorante.

Portanto, a política socialista deve garantir cobrir as necessidades mínimas, tanto materiais como espirituais, de todos os componentes do povo. Enquanto isto não seja assim, não é justo

outro gasto ou esforço estatal. E uma vez coberto o mínimo, a atividade deve esforçar-se em aumentar os níveis, tanto no material quanto no espiritual, de forma homogênea e simultânea. Não queremos nem um povo de artistas empobrecidos, nem de ignorantes satisfeitos. Por isto, a arte não apenas é um luxo, mas uma exigência de primeira necessidade.

5. FORMA ARTISTÍSTICA E MENSAGEM

5.1. A necessidade de expressar materialmente os sentimentos, de usar, portanto, de uma “forma artística”, pode implicar a que dita forma tenha algum tipo de “mensagem” ideológica.

A diferença entre *mensagem* e *obra artística* é que naquela se busca a transmissão de idéias ou conceitos, não de sentimentos.

Os cartazes de propaganda nacional-socialista eram uma *mensagem* para o povo, mas ao mesmo tempo, em alguns casos, continham certos valores artísticos.

5.2. A obra artística não deve valorizar-se pela mensagem que associada à sua forma, mas por seu valor intrinsecamente artístico e sentimental. O Nacional Socialismo não busca uma arte como “mensagem” nacional-socialista, mas uma arte pura.

5.3. Uma obra artística, cuja forma implique em uma clara “mensagem” ideológica é, além de obra de arte (se assim o é), uma atividade política. Também está sujeita, portanto, a uma *condição* política.

De modo algum, o Estado deve fomentar a conversão da Arte em um mecanismo de propaganda política.

6. ARTE E REVOLUÇÃO

6.1. Um Estado Racial Artístico é a meta que buscamos. A Revolução Nacional-Socialista é um caminho para consegui-la. Não pode existir um Estado Artístico sem uma revolução política prévia.

6.2. Portanto, nas circunstâncias atuais, a revolução política é a meta prévia a conseguir, o único fim válido para um nacional-socialista. Atualmente, tentar desfrutar de um individualismo artístico, ignorando a luta revolucionária, é contrário à ética e estilo nacional-socialista - é um ato de egoísmo anti-socialista e anti-racialista.

6.3. A atividade revolucionária não deve implicar a perda de vista do fim artístico e cultural da revolução, o cultivo pessoal das artes, dentro da dinâmica revolucionária.

7. POLÍTICA ARTÍSTICA

7.1. De forma muito geral, a política artística nacional-socialista consiste em:

- Facilitar às pessoas com sensibilidade artística, os meios materiais para realizar sua obra criadora;
- Estabelecer na sociedade um ambiente que favoreça o desenvolvimento de sentimentos humanos positivos (considerando positivos os que vão de acordo com a ética racial natural de cada povo);
- Tornar acessível a todo o povo as obras artísticas e culturais;
- Evitar que forças externas à raça popular, ou poderes econômicos, atuem deformando a raiz racista da liberdade

artística do povo, impondo-lhes formas ou sentimentos estranhos.

7.2. Não é missão da política artística:

- Impor ou atuar seletivamente diante de um determinado estilo artístico, por mero desejo ou gosto do mando político;
- Discriminar uma obra artística pelas idéias políticas de seu autor, mas observar seu valor intrínseco como Arte;
- Pretender usar a “forma” artística como propaganda política;
- Converter o artista em um funcionário pago do Estado, impedindo sua liberdade artística dentro dos valores raciais do povo.

7.3. Como mero exemplo de ações a ser tomadas pela Revolução Nacional-Socialista, enumeraremos algumas, totalmente necessárias:

- Os materiais, instrumentos, etc., necessários para o artista, devem estar isentos de impostos, muito menos sofrer impostos de luxo como se passa atualmente. Devem estar protegidos como artigos de primeira necessidade;
- Os estúdios artísticos devem ter o mesmo nível de proteção, atenção e meios que os técnicos;
- É preciso levar ao campo as atividades artísticas, concertos, teatros ambulantes de qualidade, etc. As companhias estatais devem atuar em todos os povos do país, sem exceção, independente de questões econômicas;
- Os artistas em idade militar poderão estar dedicados a efetuar atividades artísticas em zonas pouco habitadas;

- Os meios de difusão de massa devem dedicar maior atenção a temas culturais e artísticos. Deve haver cadeias de televisão apenas para estes temas, dentro da atividade educativa estatal;
- O movimento Nacional Socialista deve promover entre seus membros, a difusão artística como uma forma a mais de militância, especialmente quando se houver conquistado o poder político.

NACIONAL SOCIALISMO HISTÓRICO

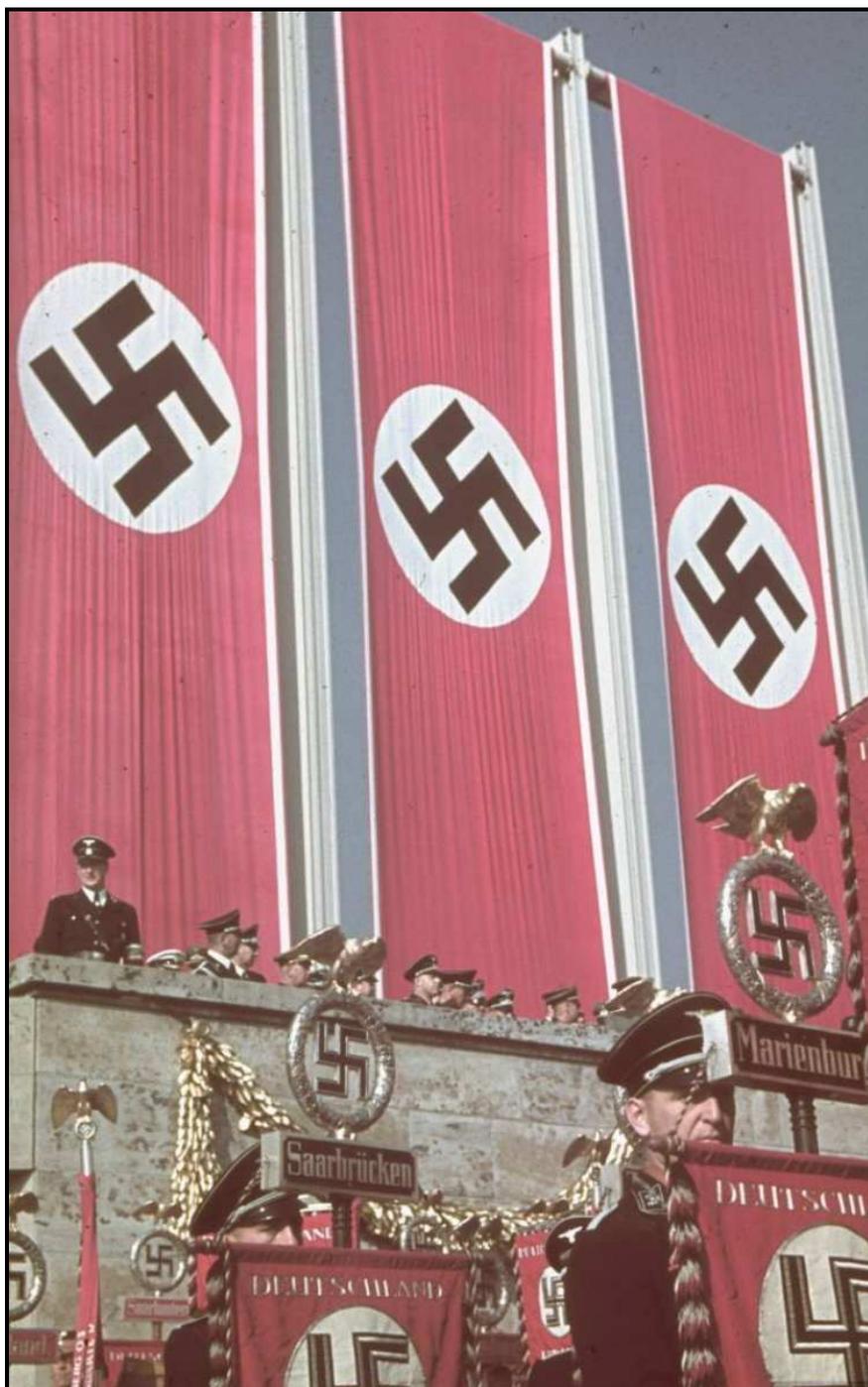


Foto por Revista Life

“Fidelidade até o fim – este é meu único lema”.

Martin Bormann

“Vale à pena voltar o olhar para trás e ver o que eles fizeram, ao que eles foram, e até mesmo à forma como morreram? Sim, vale. Porque sem eles, nós não estaríamos aqui.”

Pedro Varela

PONTUALIZAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NACIONAL-SOCIALISTA

1. BASES INTERPRETATIVAS DE SUA FUNDAÇÃO

1.1. A Revolução Nacional-Socialista Alemã, que se desenvolveu durante os anos 20 até a derrota militar de 45, possui duas faces fundamentais para nós:

- a) A concretização e definição da ideologia nacional-socialista de forma definitiva
- b) O exemplo real de cada um de seus postulados teóricos.

1.2. A Revolução Nacional-Socialista nasce de dentro de um movimento europeu geral, de renovação e busca de uma nova solução para a Europa, que se oponha à total decadência e corrupção democrática e à brutalidade do marxismo soviético. Não negamos este marco de gestão que denominamos de forma genérica “fascismo”, por ser o movimento fascista italiano o primeiro a conseguir o poder, e o que por mais tempo o manteve.

1.3. Mas a revolução nacional-socialista se destaca radicalmente entre todos os demais intentos “fascistas”, superando-os de forma definitiva e total, tanto ideologicamente como em sua prática.

É mais completa que outras formas, também muito interessantes, como o rexismo, o co-nacionalismo de Szalasi ou o falangismo. Certamente está muito acima de todas as formas “pseudo-fascistas” de base conservadora, mais ou menos bem intencionadas, desde Salazar a Metaxas, passando por Petain e Horthy.

1.4. O valor de todos estes movimentos “fascistas” está basicamente centrado em seu estilo, na sua luta, sacrifício e nobreza;

o que faz com que embora ideologicamente superados, seu exemplo continue sendo, para nós, importante e necessário.

Por isso é absolutamente necessário, para uma completa formação nacional-socialista, o estudo destes exemplos históricos.

Portanto, deve-se ler a documentação editada pelo Centro Duprat de CEDADE Alicante.

2. FONTES IDEOLÓGICAS

2.1. O Nacional Socialismo tem ideologicamente, como precursor, toda uma geração de pensadores que nasce em Nietzsche ou Schopenhauer e se estende por todo o pensamento europeu do final do século XIX. É absolutamente necessário ler o “THULE 1” para introduzir-se nesta linha de pensamento.

2.2. Mas todas estas correntes de pensamento não criaram o Nacional Socialismo, e sim apenas esboçaram idéias e conceitos aproximados: a concretização e definição da ideologia nacional-socialista apenas pode encontrar-se expressa no pensamento genial de Adolf Hitler, principalmente em seu “Minha Luta”.

2.3. Por isto, toda teoria que queira chamar-se nacional-socialista deve ser sempre estar em concordância com o marco dado por “Minha Luta” e outros textos de Adolf Hitler. Estes textos traçam um marco, não uma linha, nem direção ou um só caminho. Nele, nesta direção, pode existir toda uma variedade de formas de se pensar particulares, totalmente aceitáveis como sendo nacional-socialistas.

2.4. Junto à obra insubstituível de Adolf Hitler, temos de contar também com todos os estudos realizados pelo próprio partido, e

muito especialmente pelos feitos realizados durante os anos de governo nacional-socialista.

2.5. É evidente que alguns dos aspectos da ideologia nacional-socialista dos primeiros anos estão impregnados de um germanismo e um ambiente histórico, que hoje em dia foi superado. Qualquer ação de fundação que não pretenda ser considerada como proveniente de uma “revelação divina”, não exclui uma ação posterior de concretização, de extrapolação ante aos novos planejamentos e generalizações daqueles que, em seus dias, foram restringidos.

Está no ânimo do CEDADE efetuar, dentro do possível, este trabalho de adaptação e concretização, mas sempre com a mais estrita fidelidade aos princípios de fundação do Nacional Socialismo, em especial ao seu estilo e ética.

2.6. Desta forma, não estamos cercados por idéias já traçadas; podemos e devemos manifestar-nos ante aos novos delineamentos, nunca CONTRA os princípios do Nacional Socialismo histórico, mas em seu caminho geral.

3. TÁTICA E HISTÓRIA

3.1. A ação de fundação do Nacional Socialismo na Alemanha é, antes de tudo, um exemplo de estilo e honra que como princípios superiores, são permanentes, e que por isso, devem ser respeitados fielmente frente a toda tentativa de “adaptá-los” à comodidade e aceitabilidade dos homens democráticos atuais.

3.2. É uma tentação normal tentar evitar as perseguições às quais estão submetidos os nacional-socialistas com base na

“modernização” de nossos princípios ideológicos básicos, mudando-os “taticamente”, assim como condenar ao Nacional Socialismo histórico e aceitar a propaganda democrática sobre os “crimes nazistas” como maneira de conseguir ser admitidos entre os “eleitos” do Sistema atual. Isto é simplesmente a mais repugnante das traições. Com esta tentativa, não apenas se mostra a falta absoluta de honra e estilo, mas, além disso, não se conseguirá jamais a conquista do poder e a eliminação do Sistema, renunciando aos pontos básicos ou disfarçando nossa origem, mas todo o contrário.

Contudo, diante de situações de repressão brutal, como as que atualmente sofremos na maioria dos países, é, às vezes, totalmente necessário não apresentar certos aspectos de nossa luta (curiosamente, os mais vitais e os que são mais urgentes para solucionar a situação destes mesmos países). Não devemos nunca NEGÁ-LOS OU CONDENÁ-LOS, mas procurar sempre ensiná-los entre os militantes mais destacados, custe o que custar. Podemos ocultar nossos símbolos e idéias, mas nunca condená-los e esquecer a nós mesmos por motivos táticos.

3.4. Dado que as acusações contra o Nacional Socialismo fazem-se apenas do ponto de vista histórico e não do ideológico (quer dizer, que lhe atacam com acusações retiradas da história, e não com argumentos ideológicos) é necessário, uma vez mais, insistir aos militantes em aumentar o nível de formação nestes aspectos históricos.

4. ERROS HISTÓRICOS

4.1. Aceitamos a existência de erros no desenvolvimento histórico do Nacional Socialismo, que é obra de homens, e como tais, sujeitos ao erro mais ou menos voluntário.

O que negamos é a existência de grandes erros, e de uma intencionalidade negativa nas decisões do Nacional Socialismo.

4.2. A derrota militar de 1945 não está atribuída fundamentalmente aos seus erros, mas à superioridade material do inimigo e à debilidade dos aliados alemães.

4.3. A maioria dos erros e “crimes” atribuídos ao Nacional Socialismo são fruto de uma minuciosa campanha de propaganda dirigida pelos vencedores. Os poucos reais são mais compreensíveis se, se toma nota de que foram cometidos durante uma guerra cruel, quando a mesma sobrevivência do povo alemão estava em jogo, frente a todo tipo de ações brutais.

4.4. O Nacional Socialismo teve apenas 6 anos de governo em paz, durante os quais construiu a maior revolução da história contemporânea. Nestes tempos, ele manteve um governo quase perfeito, com pouquíssimos erros – muito leves, por sinal. Estes anos são, para nós, o mais apreciado exemplo.

5. O MITO DOS 6 MILHÕES

5.1. É totalmente necessário tratar deste tema, dado que é o único “argumento” que se lança para repudiar a ideologia e tudo o que se aproxima dela nacional-socialista, como sendo atroz.

Ante a lógica e evidência dos princípios nacional-socialistas, apenas se responde com repressão e com a criação do mito dos 6 milhões de “gaseados”.

5.2. Sobre este ponto, editamos o livro “O Mito dos 6 milhões”, totalmente IMPRESCINDÍVEL para entender este problema.

Como pontos mais importantes, destacaremos que:

- O Nacional Socialismo buscou a solução ao problema judaico, pela separação racial e a criação de um Estado judeu, distante do povo alemão;
- O judaísmo era um câncer incrustado na Alemanha, o principal instigador do marxismo nela, e o diretor da república de Weimar; era também o principal promovedor em todas as correntes degenerantes da arte e cultura. Por isso, é lógico que desde o princípio, o Nacional Socialismo abordou o problema judaico com prioridade e energia;
- Até a entrada da guerra, o Nacional Socialismo não perseguiu nem encarcerou a nenhum judeu pelo fato de *ser* judeu. Manteve as sinagogas abertas, permitiu-lhes que editassem suas publicações e respeitou suas comunidades. Apenas exigiu o castigo de alguns poucos judeus destacados em suas ações subversivas e corruptoras.

Todos os judeus que desejassem, podiam sair da Alemanha Nacional-Socialista sem nenhum problema.

Compare-se esta situação com a dos cristãos no primeiro ano do Comunismo soviético, ou os monárquicos durante o primeiro ano da revolução democrática de 1798.

- O judaísmo internacional e as sociedades sionistas mundiais declararam publicamente guerra à Alemanha e trabalharam desde o primeiro dia em um complô para levar a Alemanha a uma guerra de extermínio;
- Somente em plena guerra, ante a atitude hostil das comunidades judaicas e seu apoio manifesto às ações de espionagem e guerrilha, estabeleceu-se a necessidade de transportar massas de judeus aos Campos de Concentração. Esta ação também estava orientada à criação de um Estado judeu na Zona Oriental, dentro do citado plano de separação racial;
- Centenas de milhares de judeus permaneceram sem deportação por não serem considerados perigosos para a segurança da guerra;
- De modo algum o Nacional Socialismo ordenou, permitiu ou tolerou o extermínio massivo de judeus. As provas mais evidentes estão no citado livro, “O Mito dos 6 milhões”.

5.3. Evidentemente que nos últimos anos da guerra, a Alemanha, inquietada pela fome e pela falta de meios médicos, não pôde levar aos Campos de Concentração toda a ajuda que desejava. E assim se produziu, também nestes campos, epidemias e fome. Mesmo assim, deve aceitar-se como lógico, embora lamentável, que algumas autoridades, nos anos de massivos bombardeios terroristas dos Aliados sobre as cidades alemãs, e das torturas massivas na Frente do Leste, cometeram alguns excessos sobre os detidos. Algumas destas autoridades foram julgadas pelos tribunais nacional-socialistas e fuziladas.

5.4. Assim, repudiamos totalmente o mito dos 6 milhões, assim como repudiamos que o Nacional Socialismo fora culpável do assassinato de 10 judeus apenas: o Nacional Socialismo nunca desejou voluntariamente a morte e nenhum judeu por mero feito de sê-lo.

5.5. É necessário comentar que mesmo que se houvessem cometidos crimes em nome do Nacional Socialismo, isto não deveria escandalizar especialmente a nada: Em nome do cristianismo, do marxismo e do liberalismo democrático (teremos de recordar a guilhotina instaurada pelo Parlamento democrático e igualitário, ou bastará relembrar os bombardeios terroristas de Dresden, etc.) se cometeram os crimes mais horríveis que se possam imaginar, não negados sequer por eles mesmos.

5.6. Em 40 anos de ditadura marxista e democrática, chegou-se a acusar ao Nacional Socialismo de todos os males e crimes existentes. As mais extravagantes teorias e afirmações foram lançadas sobre ele: depravações sexuais, crença em bruxas, alucinantes teorias cátaras, sadismo, psicanálise freudiana, etc.

Acreditamos não ser necessário contestar a estas acusações.

AÇÃO POLÍTICA



Foto por Revista Life

“Toda concepção ideológica, por mais justa e útil que seja para humanidade, ficará praticamente sem valor enquanto seus princípios não forem convertidos no escudo de um movimento de ação”.

Adolf Hitler

1. PROPOSTAS GERAIS

1.1. A meta de todo movimento nacional-socialista é o estabelecimento de uma nova ordem em todo o mundo branco, e, portanto, a obtenção do poder político necessário para isto.

Renunciar a esta luta pelo poder político é deixar de ser nacional-socialista.

1.2. Todo movimento nacional-socialista deve ser, assim, uma organização política, mesmo quando seu fim direto não seja “estritamente político”, pois deve tender, em seu fim, rumo a esta tomada do poder.

1.3. A luta cultural, artística e científica forma parte desta nova ordem que buscamos. Logo, não se é nacional-socialista quando se esquece da luta cultural, pela mera luta pelo poder. No se é, tampouco, quando se abandona a luta pelo poder, em troca de uma ação puramente cultural.

1.4. Abandonar o combate pelo povo para reduzir-se ao individualismo, à autoformação, a auto-realização, o elitismo, etc., incluindo quando se mantém o melhor estilo e ideologia, é um ato de traição ao Nacional Socialismo.

1.5. Os nacional-socialistas repudiam o pessimismo derrotista. Negar a possibilidade real e atual de uma regeneração de nosso povo é estar minando a vontade de poder e ignorar a força da vontade entre os arianos. Condenamos totalmente, desta forma, qualquer tendência ou postura determinista, derrotista.

1.6. Os fracassos contínuos nas ações levadas até o momento, colocam à mostra a dureza da repressão, a força do inimigo e nossa

debilidade, falta de esforços e de acertos; mas nunca a necessidade e a possibilidade atual do êxito.

2. VIOLÊNCIA E POLÍTICA

2.1. A luta política deve evitar o uso de sistemas de ação imorais. O terrorismo, a busca do terror ou do medo como meio de derrubar uma estrutura, é imoral em si mesma.

A luta armada e violenta contra o inimigo não é imoral em si mesma, e, inclusive, pode chegar a ser uma obrigação ética. A eliminação física do inimigo é perfeitamente aceitável em certos casos: desta forma, apoiamos totalmente a pena de morte perante certos crimes.

2.2. Quando um Estado anula todas as possibilidades de ação não-violenta, e estabelece uma repressão brutal à toda tendência sã, a ação armada e violenta contra a tirania é uma obrigação.

Não pegar-se em armas, se isto é possível, contra uma tirania (como é o caso do Comunismo soviético, e talvez também seja o do Sionismo demomaxista) é um ato covarde.

A luta armada e sangrenta não tem quaisquer relações com um terrorismo assassino e indiscriminado, que condenamos totalmente. A busca do terror esta vedada ao nacional-socialista.

2.3. Em um sistema democrático em que se permita um mínimo de liberdades de ação política legal, a violência agressiva é contrária aos interesses e estilo do nacional-socialista. A lei marca o caminho para a conquista do poder nestes casos, por menor que pareça o caminho legal.

2.4. Não responder violentamente a uma agressão violenta do inimigo, tendo o pacifismo como norma, é contrário ao Nacional Socialismo.

2.5. Nosso fim é convencer, não apenas vencer. Todo membro de nossa raça é um futuro camarada. Portanto, devemos evitar ao máximo a violência, se isto é possível.

2.6. Não se deve obrigar jamais alguém a ser nacional-socialista. Inclusive, uma vez que for obtido o poder, todos os que desejarem abandonar o país poderão fazê-lo. Ninguém será obrigado a ser ou participar do Partido Nacional-Socialista.

A liberdade, dentro de uma ética geral mínima, é uma premissa básica que devemos defender.

2.7. Buscamos a paz, mas apenas como resultado da obtenção da justiça. Portanto, a necessidade de lutar pela justiça, pelos valores superiores da raça, pela sobrevivência racial contra toda decadência e corrupção está acima do desejo de paz. A mística da guerra é, portanto, o convencimento de que o combate contra a injustiça irá ser permanente e contínuo.

3. ESTRATÉGIA E TÁTICA

3.1. Por motivos estratégicos, ou táticos, pode-se deixar de ressaltar explicitamente ao público em geral alguns dos princípios ideológicos concretos, ou estabelecer pactos com forças políticas afins.

Por exemplo, a legislação repressiva democrática pode obrigar-nos a renunciar da exposição pública de doutrinas racialistas ou anti-semitas.

3.2. De modo algum estas renúncias devem significar o abandono dos pontos ideológicos ou deixar de mostrá-los clara e totalmente às autoridades e militares do movimento. De modo algum, os pactos com outras forças devem fazer-se sem estarmos seguros de que ao final, nossa ideologia será implantada de forma completa. Hitler deixa tudo isto claramente determinado em “Minha Luta”.

3.3. Renunciar, deixar de ensinar às autoridades internas um só ponto de nossa ideologia é uma traição ao Nacional Socialismo. Todos os seus pontos formam um bloco sem fissuras. O anti-Sionismo, a raça, o socialismo revolucionário, a arte, o estilo, etc., são todos os pontos básicos. Abandonar um deles é deixar de ser nacional-socialista.

3.4. A estratégia e tática, contanto que não renuncie nem contrarie essa permanência ideológica, são marcadas unidirecionalmente pela autoridade política. Qualquer diferença tática não é motivo para abandonar a luta, nem de divisão do movimento.

4. ESTILO E POLÍTICA

4.1. É imprescindível ler e atender com máximo interesse às normas de estilo que encabeçam esta obra. Elas são tão importantes quanto os princípios políticos.

4.2. O estilo não depende da “oportunidade política” que comporte mantê-lo na sociedade real, mas que é inerente ao Nacional Socialismo.

4.3. A ética que conforma nosso estilo não é “quantificável”, nem “regulamentável” como uma lei. Não é um código de pecados, nem uma tabula de mandamentos. Mas, uma forma de viver e entender o mundo. Portanto, existem diversas formas de cumprir este estilo. Nem todas iguais, mas sempre dentro de fronteiras mínimas que todos enxergamos claramente.

4.4. O estilo deve formar uma unidade com a inteligência ideológica e a luta física dentro do Nacional Socialismo.

Tão negativo quanto quem tem um bom estilo, mas não luta por seu povo, é aquele que luta pelo Nacional Socialismo, mas vive como seu inimigo. Apenas uma unidade de todas as faculdades pode formar o homem.

4.5. O estilo não deve oprimir, nem entorpecer totalmente a luta política. É missão das autoridades a adoção de normas que permitam manter o estilo nacional-socialista de uma forma compatível com a luta pelo poder.

NACIONALIDADE



Pintura de Michael Mathias Kiefer

“Em consequência, é a Raça, e não o Estado, o que constitui a condição prévia da existência de uma sociedade humana superior”.

Adolf Hitler

A EUROPA DAS ETNIAS

1. GENERALIDADES

1.1. É preciso recordar que a base do Nacional Socialismo é a doutrina racalista, de forma que este deve ser considerado como seu principio fundamental. Desta forma, os problemas da Nação, Estado e a Europa devem enfocar-se totalmente, desde o ponto de vista racalista.

1.2. O conceito de nacionalidade sofreu enormes mudanças através da História. O nacionalismo atual está baseado fundamentalmente nas idéias democráticas nascidas da Revolução Francesa. Esta nacionalidade legalista e igualitária contém erros básicos:

a) A nacionalidade concede-se por lei, sem se ajustar a considerações de pertencer ou não ao povo (um negro ou um mouro podem ser espanhóis se possuem o passaporte).

b) Tendência ao igualitarismo de todas as partes do conjunto “nacional”, marcado por fronteiras históricas totalmente discutíveis. Produto de manejos dinásticos, guerras, alianças ou tratados tomados sem pensar, na comunidade popular, acreditando-se apenas na ambição territorial.

c) Concepção do Estado como o centro da Nação, de forma que aquele substitui ao povo na formação da nacionalidade.

1.3. Esta tendência legalista e igualitarista têm sua sublimação nas idéias super-democráticas do marxismo: internacionalismo, igualitarismo, Pátria igual ao mundo, etc.

2. NACIONALIDADE

2.1. O Racialismo parte do princípio anti-igualitário de que a diferenciação, a variedade, é um feito positivo e natural que deve respeitar-se.

Precisamente mantendo esta diferenciação, conseguindo-se com que cada conjunto popular mantenha-se dentro de sua própria idiossincrasia, é como se pode alcançar o maior valor em grau de elevação espiritual e de estabilidade nacional.

2.2. Desta forma, como racialistas, desejamos a identificação entre o conceito de nacionalidade com o pertencimento ao povo-etnia correspondente. Por isto, de modo algum nosso nacionalismo deve ser entendido no sentido “fascista”, de nacionalismo estatizado.

2.3. Apenas podem ser membros de uma Nação os que pertencem ao povo que a forma. Entende-se por povo o conjunto de homens de origem étnica comum, ou seja, que possuem mesmas formas características culturais, lingüísticas, religiosas, de costumes, etc., mais ou menos comuns.

2.4. O Nacional Socialismo proclama sua intenção de que se conceda a cada povo o direito a confirmar sua própria comunidade, dentro da unidade racial de todos os povos brancos.

2.5. Desta forma, propomos a total identidade dos conceitos “Pátria” (como conceito sentimental da nacionalidade), “Nação” e “Povo”.

2.6. Dados os pontos anteriores, torna-se clara a definitiva vontade antiimperialista do Nacional Socialismo. Nossa concepção de Nação é contrária ao domínio de vários povos por outro e,

portanto, contraria o Imperialismo, o Colonialismo e o Internacionalismo.

3. ESTADO

3.1. Hitler afirma em “Minha Luta”: “É a raça, e não o Estado, o que constitui a condição prévia para a existência de uma sociedade”.

O Nacional Socialismo considera o Estado apenas como um instrumento do Povo em seu desejo de autogovernar-se e sobreviver.

3.2. Assim, todo pretendido “direito” próprio do Estado que tenda a justificar por “destinos históricos” a submissão de outros povos a um igualitarismo estadista, é totalmente contrário à nossa ideologia europeia nacional-socialista.

4. EUROPA

4.1. IDÉIA RACIAL

4.1.1. A comunidade dos povos brancos chama-se Europa. Assim, ao nos referirmos a europeus, estamos designando a futura organização dos povos brancos.

4.1.2. Ideologicamente falando, toda idéia geográfica de Europa como sendo uma comunidade de alguns povos brancos assentados em uma zona geográfica concreta, ou toda idéia restritiva a respeito de algum povo branco, é contrária ao racialismo e, portanto, à mesma Europa.

4.1.3. Na União Soviética e nos Estados Unidos, existem amplas maiorias brancas que, embora dominadas pelo Sionismo,

formam, portanto, parte da Europa. De modo algum, deve-se confundir o poder sionista, que os converteu em opressores, com suas populações brancas que um dia se integrarão à Europa.

4.1.4. A Europa deve ser entendida como uma confederação harmônica de povos autogovernados, e não como uma nova forma de rígida unidade imperial. Apenas nas questões que afetam a sobrevivência do povo branco em seu conjunto, deve-se existir uma unidade centralizada.

Por exemplo, em defesa, relações exteriores, política demográfica, espaço vital, perseguição da delinqüência, planificação macro-econômica, etc.

4.2. IDÉIA GEOPOLÍTICA

4.2.1. É evidente que por razões óbvias de geopolíticas realistas, a confederação européia deva começar realizando-se naqueles povos próximos geográfica e culturalmente. Neste sentido, a unidade geográfica européia atual é um passo prévio inevitável para uma posterior integração de todos os povos brancos.

4.2.2. Pelas mesmas razões geopolíticas, deve-se evitar uma atomização em microestados políticos da Europa que debilite sua unidade, especialmente enquanto as circunstâncias da luta pela sobrevivência atual prevaleçam. Por isto, a unidade defensiva européia é fundamental.

4.2.3. O Mercado Comum Europeu, o COMECON, a OTAN ou o Pacto de Varsóvia não são mais do que opostos do ideal Europeu. Nem a união dos interesses econômicos da finança mundialista, nem

o império colonialista do Comunismo poderão ser a base da unidade europeia.

5. O CAMINHO A SE SEGUIR

5.1. Embora os pontos anteriores tratassem da meta a se atingir, e dos princípios ideológicos da concepção europeia nacional-socialista, a atuação política encontra-se dificultada pela realidade.

5.2. A realidade, ponto fundamental e decisivo no mundo da política, indica que o caminho para chegar se a esta Europa dos povos é longo e exige passos intermédios muito ponderados.

A mutação do nacionalismo atual ao racialismo, em curto prazo, é impensável.

5.3. A situação das fronteiras históricas pela união de etnias autônomas passa por um prévio entendimento entre as Pátrias atuais, uma descolonização do fechado nacionalismo de fronteiras atual, uma concepção da realidade dos povos que compõe a Europa, e tudo isto apenas será possível no âmbito de uma revolução racista total neste continente.

5.4. Portanto, neste caminho iniciado, respeitamos a situação atual das Pátrias históricas, trabalhando para que se vão impondo pouco a pouco os conceitos étnicos, através de autonomias parciais, conscientização racial, etc., fundamentalmente, e nesta primeira etapa, nos aspectos culturais, administrativos e educativos.

5.5. Além disso, a História, como gestora da realidade, faz com que, em alguns casos, as nacionalidades originárias sejam difusas e

que tenham se criado identificações já permanentes entre nacionalidade histórica e racial em algumas zonas.

Nestes casos, é tão absurdo negar-se a lógica da realidade das nacionalidades raciais para os povos que as mantêm, como não aceitar as realidades históricas que tomaram força no povo, confundindo-se em seu próprio conceito racial.

6. BANDEIRAS E IDIOMAS

6.1. O uso de bandeiras de base étnico-racial de cada povo, assim como o mantimento, uso e difusão dos idiomas populares devem ser apoiados e fomentados pelo Nacional Socialismo.

6.2. Isto não implica que de forma confederada se estabeleçam idiomas básicos para relações intra-europeias ou uma bandeira confederacional, política, etc., segundo indique as circunstâncias.

6.3. De modo algum o CEDADE se opõe à bandeira vermelha e dourada espanhola, embora promova o uso de bandeiras étnicas populares dentro de nossa política favorável à Europa das Etnias.

Há zonas na Espanha, nas quais a bandeira vermelha e dourado é, ao mesmo tempo, um símbolo estreitamente ligado ao povo e também ao ser racial branco (por exemplo, nas Canárias, Ceuta ou Melilla, aonde chega a simbolizar o europeísmo frente às tendências africanistas dos terroristas pagos pela Líbia ou Argélia).

Em outras zonas, em troca, pode significar todo o contrário, um repúdio à comunidade popular e uma tendência ao imperialismo (como poderia ser na Catalunha ou no País Basco, por exemplo).

7. IMIGRAÇÃO INTRA-EUROPÉIA

7.1. O Nacional Socialismo não se opõe a um estreito contato e intercâmbio entre os povos brancos, apoiando a total liberdade de movimentos entre estes e aceitando os matrimônios mistos, sem os fomentar.

7.2. Tudo isto sempre que não se produzam de forma massiva, colocando assim em perigo a vida cultural, a idiossincrasia dos povos receptores ou emissores da imigração.

7.3. Opomos-nos, portanto, às imigrações massivas.

Os problemas de falta de recursos de um povo branco devem ser solucionados pela ajuda incondicional e total da confederação européia, sem o fomento da imigração massiva.

No caso de excesso populacional, ou falta de recursos, a solução deve vir de uma política de espaço vital conjunta.

7.4. Consideramos o separatismo como sendo, precisamente, a falta de vontade de apoio entre os povos europeus. Não se pode considerar como separatismo o desejo de autogoverno dos povos europeus, mas o ódio, o rancor ou a falta de ajuda entre estes.

8. ESPAÇO VITAL

8.1. A falta de espaço vital dos povos brancos é um problema comum à confederação européia. Mas nas circunstâncias atuais, o problema não é a falta de espaço ou de recursos, mas a baixíssima taxa de natalidade dos nossos povos.

As zonas que atualmente dominam os povos brancos, poderiam aceitar sem grandes problemas uma população dez vezes maior.

8.2. Atualmente, o grande problema é evitar que as massas de cor invadam a Europa e os territórios brancos; não pelas armas, mas por uma invasão demográfica fomentada pelo Sionismo.

Na luta pela sobrevivência e desenvolvimento de nossos povos, não devemos descartar a necessidade ou a possibilidade, desgraciosamente, de um confronto bélico com povos não-brancos.

Por isto, difundir e alimentar idéias pacifistas e integralistas nas circunstâncias atuais, quando o mundo não-branco está se preparando para invadir-nos sob a pressão de sua incapacidade para alimentar-se, é uma flagrante traição à Europa.

8.3. Devem-se evitar, por todos os meios, as situações parecidas às do Brasil ou Estados Unidos, aonde o caos racial ameaça totalmente a sobrevivência de nossa raça. A presença massiva de outras raças entre os povos brancos deve ser evitada, custe o que custar.

EDITORA THULE

E

REVISTA CULTURAL THOLF:

